



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL-2025

NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

GESTÃO TJCE (Biênio 2025-2026)

Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto – Presidente

Desembargador Francisco Mauro Ferreira Liberato – Vice-Presidente

Desembargadora Marlúcia de Araújo Bezerra – Corregedora-Geral da Justiça

NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira (Supervisora)

Desembargadora Jane Ruth Maia de Queiroga

Desembargadora Silvia Soares de Sá Nóbrega

COMISSÃO GESTORA DO PLS

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira (Supervisora)

Desembargadora Rosilene Ferreira Facundo

Desembargadora Silvia Soares de Sá Nóbrega

Naiana Ribeiro de Lemos

Vanessa de Sousa Frutuoso

Maria das Dores Paz Lima

Diovanna Gonçalves Aguiar

José Marcelo Maia Nogueira

João Lucas de Meneses

COLABORAÇÃO DE DADOS MENSAIS E ANUAIS

Secretaria de Administração e Infraestrutura

Secretaria de Gestão de Pessoas

Secretaria de Tecnologia da Informação

Consultoria Jurídica

Assessoria de Comunicação

Assistência Militar

Consultoria Jurídica

ELABORAÇÃO

Núcleo Socioambiental

Núcleo de Apoio às Comissões

REVISÃO

Comissão Gestora do PLS

Sumário

1. Apresentação	05
2. Indicadores, Metas e Plano de Ação	06
 2.1 - PAPEL	06
 2.2 – COPOS DESCARTÁVEIS	09
 2.3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA	12
 2.4 – IMPRESSÃO	13
 2.5 – ENERGIA ELÉTRICA	16
 2.6 – ÁGUA E ESGOTO	19
 2.7 – GESTÃO DE RESÍDUOS	22
 2.8 – REFORMAS E CONSTRUÇÕES	26
 2.9 – LIMPEZA	29
 2.10 – VIGILÂNCIA	31
 2.11 – TELEFONIA	35
 2.12 – VEÍCULOS	37
 2.13 – COMBUSTÍVEL	41
 2.14 – APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO	43
 2.15 – AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	45
 2.16 – QUALIDADE DE VIDA	48
 2.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	52
 2.18 – EQUIDADE E DIVERSIDADE	55
 2.19 – JUSTIÇA CARBONO ZERO	59
 2.20 – NOVAS TECNOLOGIAS (RDC)	64
3. Considerações Finais	65

1. Apresentação

O fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção do meio ambiente está entre os eixos fundamentais da Gestão do TJCE (2025-2027), que enxerga a necessidade de ampliar e impulsionar a atuação do Poder Judiciário na defesa de práticas sustentáveis.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) insere-se neste contexto como um instrumento, que alinhado ao Plano Estratégico 2030 do Poder Judiciário estadual, está voltado à implementação de práticas de sustentabilidade e à otimização dos recursos técnicos, humanos e materiais, com o objetivo de promover a racionalização e a qualidade na gestão, assegurando maior eficiência no gasto público e na governança da Justiça cearense.

Instituído pela Portaria 2080/2021 e alterações posteriores, o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Ceará estipulou metas para os anos de 2021 a 2026, em conformidade com a Resolução do CNJ nº 400/2021 que estabelece a política de sustentabilidade do Poder Judiciário.

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) apresenta, assim, o Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS), referente ao ano de 2025, que consolida os resultados alcançados ao longo do ano, a evolução dos indicadores e a análise das ações previstas no plano de ações, atualizando o cenário da gestão socioambiental da instituição.

2. Indicadores, Metas e Plano de Ação



2.1 - PAPEL

Meta	Reduzir em 35% o consumo <i>per capita</i> de papel até o ano de 2026		
Indicador	Consumo de papel <i>per capita</i>		
Unidade de medida	Resmas de papel por pessoa		
Fórmula	(CPP+CPC) / FTT Onde: CPP = Consumo de papel próprio CPC = Consumo de papel contratado FTT = Força de trabalho total		
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	8,80		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	7,86	7,08	6,37
Resultado Anual Alcançado	2,31	1,71	1,86
% Anual Alcançado	340%	414%	342%

Série Histórica do Consumo de Papel Próprio (CPP)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	7.778	14.730	21.006	17.465	19.669

Série Histórica do Gasto com Papel Próprio (GPP)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 8.394,00	R\$ 97.930,00	R\$ 677.400,00	R\$ 0,00	R\$ 61.659,00

Série Histórica do Consumo de Papel Contratado (CPC)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	0	0	0	0

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPON-SÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Promover campanha de sensibili-zação e conscientização dos ser-vidores e magistrados para o uso consciente do papel	JAN/25	DEZ/25	SEADI	Realizar, periodi-camente, campa-nhas educativas.	Realizada	Notícia no Portal do TJCE: https://www.tjce.jus.br/noticias/jus-tica-estadual-compartilha-dicas-de-como-adotar-o-consumo-consci-ente-no-dia-a-dia/

Gerir com eficiência o consumo de papel	JAN/25	JUL/26	Revisar a política de aquisição e distribuição de papel para unidades consumidoras, priorizando critério de histórico de consumo aplicado a fator redutor de oferta.	Em andamento	Disponibilizada planilha de Controle de Estoque
			Desenvolver e/ou aprimorar ferramentas tecnológicas para aquisição, monitoramento e controle do consumo de papel.	Em andamento	Disponibilizada planilha de Controle de Estoque
			Monitorar e controlar o consumo mensal de papel, registrando fatores ensejadores de maior variação do consumo no período e adotando providências que colaborem com a redução.	A iniciar	Etapa não iniciada, porém, a SEADI e a SETIN estão planejando ações conjuntas para viabilizar o monitoramento do consumo de papel por meio da volumetria, permitindo identificar variações e adotar medidas de redução.

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

A meta de reduzir em 35% o consumo per capita de papel até 2026 manteve trajetória muito positiva em 2025. Nesse ano, embora tenha havido um leve aumento do consumo per capita (1,86 resmas/pessoa) em comparação a 2024 (1,71), o resultado permaneceu amplamente inferior ao limite previsto para o período (6,37), alcançando 342% de cumprimento da meta anual. Esse desempenho indica que, mesmo diante de variações operacionais naturais e do aumento do consumo absoluto de papel próprio — que passou de 17.465 resmas em 2024 para 19.669 em 2025 — o Tribunal manteve uma condição consolidada de racionalização do uso de papel, sustentando indicadores muito reduzidos em relação à linha de base e às metas anuais. A combinação entre maior atividade administrativa e expansão de unidades, que pode explicar parte do aumento absoluto do CPP, não foi suficiente para comprometer a eficiência alcançada na redução per capita, o que demonstra a força das práticas já institucionalizadas de gestão documental e uso consciente do material.

O desempenho de 2025 está diretamente relacionado às ações previstas no Plano de Ação do PLS-TJCE. A campanha de sensibilização e conscientização sobre o uso racional do papel, realizada ao longo do ano e amplamente divulgada no portal institucional, teve papel pedagógico importante ao reforçar comportamentos de economia e ao ampliar, de forma

continua, a compreensão dos servidores e magistrados sobre práticas cotidianas de redução. Essa ação, já tradicional no âmbito da política de sustentabilidade do Tribunal, mantém efeito recorrente e cumulativo sobre o consumo, contribuindo para que a variação per capita não sofresse impactos expressivos mesmo com oscilações na demanda administrativa anual.

Da mesma forma, a revisão da política de aquisição e distribuição de papel, ainda em andamento em 2025, contribuiu para um fornecimento mais racionalizado, baseado em histórico de consumo e aplicação de fatores redutores de oferta. A disponibilização da planilha de controle de estoque para as unidades permitiu maior monitoramento interno, aumentando a sensibilidade das equipes gestoras sobre padrões de uso e prevenindo solicitações desnecessárias. Além disso, o desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas tecnológicas para monitoramento, também em andamento, reforçou a governança sobre o tema, garantindo que os dados de consumo fossem acompanhados de maneira mais sistemática, o que ajuda a consolidar uma cultura institucional de autocontrole. Ainda que a ação específica de monitorar detalhadamente o consumo mensal — registrando variações e identificando fatores que motivam aumento ou redução — esteja programada para início posterior, o trabalho conjunto preliminar entre SEADI e SETIN já pavimentou os ajustes necessários para que essa etapa venha a gerar efeitos ainda mais positivos a partir de 2026.

Assim, o resultado de 2025 evidencia que o TJCE segue em trajetória sólida rumo à meta final de 2026. Mesmo com oscilações pontuais no consumo absoluto, a manutenção de um valor per capita bastante inferior ao previsto demonstra a efetividade das ações já institucionalizadas e indica que o Tribunal alcançou um patamar de eficiência estável. A continuidade da implementação completa das ações — especialmente as de monitoramento mais granular do consumo — tende a reforçar ainda mais esse desempenho, garantindo não apenas o cumprimento da meta, mas também o alinhamento a uma política de gestão documental mais moderna, econômica e sustentável.



2.2 – COPOS DESCARTÁVEIS

Meta	Reduzir em 35% o consumo <i>per capita</i> de copos descartáveis até o ano de 2026		
Indicador	Consumo de copos descartáveis <i>per capita</i>		
Unidade de medida	Cento de copo descartável por pessoa		
Fórmula	CC / FTT Onde: CC = Consumo de copos descartáveis FTT = Força de trabalho total		
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	4,49		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	4,01	3,61	3,25
Resultado Anual Alcançado	2,62	2,33	2,61
% Anual Alcançado	153%	154%	125%

Série Histórica do Consumo de copos descartáveis (CC)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	4.832	14.436	23.817	23.802	27.521

Série Histórica do GC = Gasto com copos descartáveis					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 0,00	R\$ 60.140,00	R\$ 110.320,00	R\$ 53.480,00	R\$ 44.900,00

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Promover campanha de sensibilização e conscientização dos servidores e magistrados para o uso consciente do copo descartável	JAN/25	DEZ/25	SEADI	Realizar, periodicamente, campanhas educativas.	Realizada	Notícia no Portal do TJCE: https://www.tjce.jus.br/noticias/justica-estadual-com-partilha-dicas-de-como-adotar-o-consumo-consciente-no-dia-a-dia/
Gerir com eficiência o consumo de copos descartáveis	JAN/25	JUL/26		Revisar a política de aquisição e distribuição de copos descartáveis para unidades consumidoras, priorizando critério de histórico de consumo aplicado a fator redutor de oferta.	Em andamento	Disponibilizada planilha de Controle de Estoque
				Desenvolver e/ou aprimorar ferramentas tecnológicas para aquisição, monitoramento e controle do consumo de copos descartáveis.	Em andamento	Disponibilizada planilha de Controle de Estoque

				Monitorar e controlar o consumo mensal de papel, registrando fatores ensejadores de maior variação do consumo no período e adotando providências que colaborem com a redução.	A iniciar	Etapa não iniciada, porém a SEADI e a SETIN estão planejando ações conjuntas para viabilizar o monitoramento do consumo de copos por meio da volumetria, permitindo identificar variações e adotar medidas de redução.
--	--	--	--	---	-----------	--

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

A meta de reduzir em 35% o consumo per capita de copos descartáveis até 2026 manteve, em 2025, um desempenho favorável, ainda que com um leve acréscimo em relação ao valor observado no ano anterior. O resultado alcançado em 2025 foi de 2,61 centos por pessoa, diante dos 2,33 centos por pessoa registrados em 2024, representando um pequeno aumento no consumo individual. Ainda assim, o indicador permaneceu amplamente inferior à meta prevista para o ano (3,25 centos/pessoa), atingindo **125% de cumprimento**. Isso demonstra que, mesmo diante de oscilações naturais no padrão de uso — influenciadas pelo funcionamento pleno das unidades, retomada de atividades presenciais e maior circulação de pessoas — o TJCE conseguiu manter o consumo muito abaixo do limite estipulado para o período. O desempenho continua, portanto, alinhado à trajetória projetada para alcançar a meta global em 2026, consolidando os avanços verificados desde o início do ciclo do PLS-TJCE.

A análise dos indicadores complementares reforça essa leitura. O consumo total anual de copos descartáveis passou de 23.802 centos em 2024 para 27.521 centos em 2025, o que explica parcialmente o aumento no indicador per capita. Ainda assim, o gasto caiu de R\$ 53.480,00 (2024) para R\$ 44.900,00 (2025), porque uma parcela relevante do uso em 2025 foi atendida pelo estoque remanescente das compras efetivadas em 2024, reduzindo a necessidade de novas aquisições ao longo do ano e, por consequência, o desembolso financeiro. Essa combinação — elevação do consumo absoluto, com parte suprida por estoque anterior, e redução do gasto corrente — indica aperfeiçoamento da política de compras e reforça que a variação per capita não decorreu de falha estrutural, mas de um contexto operacional específico, no qual a disponibilidade do estoque de 2024 atenuou o impacto orçamentário de 2025.

A execução das ações previstas no Plano de Ação de 2025 teve participação expressiva para manter o consumo per capita abaixo da meta. A campanha institucional de sensibilização e

conscientização sobre o uso consciente do copo descartável, realizada entre janeiro e dezembro com ampla divulgação no Portal do TJCE, funcionou como instrumento pedagógico contínuo. Sua realização reforçou boas práticas já internalizadas pelas unidades e sensibilizou novos servidores e magistrados para a adoção de alternativas reutilizáveis. Em paralelo, a revisão da política de aquisição e distribuição dos copos descartáveis — ainda em andamento — possibilitou um controle mais rigoroso do estoque, com distribuição baseada em histórico de consumo, o que evitou solicitações excessivas e melhor ajustou a oferta às necessidades reais das unidades. O avanço no desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas tecnológicas para monitoramento, também em execução, foi igualmente relevante ao ampliar a rastreabilidade do consumo, permitindo uma governança mais precisa sobre o uso desse insumo.

Outra ação prevista, relacionada ao monitoramento mensal do consumo e à identificação de fatores que influenciam variações, ainda não foi iniciada. Entretanto, a preparação conjunta entre SEADI e SETIN para viabilizar sua implementação demonstra que o Tribunal se encontra em estágio de transição para um monitoramento mais refinado. Quando colocada em prática, essa ação tende a gerar impactos ainda mais positivos, possibilitando intervenções rápidas quando houver aumento fora do padrão esperado e fortalecendo ainda mais a tendência de redução per capita.

De modo geral, observa-se que o Tribunal de Justiça do Ceará continua demonstrando maturidade na condução das ações voltadas à redução do uso de materiais descartáveis, em pleno alinhamento às diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021 e às exigências de monitoramento e apresentação anual de resultados previstas no art. 10-A da norma. Mesmo com oscilação pontual no consumo absoluto, o resultado per capita permaneceu significativamente inferior à meta anual, evidenciando consistência no processo de mudança cultural interna e continuidade da evolução prevista no ciclo do PLS-TJCE. O reforço das ações de monitoramento e a conclusão das etapas pendentes devem fortalecer ainda mais esse desempenho em 2026, permitindo que o Tribunal consolide definitivamente a meta de redução estabelecida para o período.



2.3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Meta	Manter em 0% o consumo de embalagens descartáveis para água mineral per capita.		
Indicador	Consumo de embalagens descartáveis para água mineral <i>per capita</i>		
Unidade de medida	Embalagem descartável por pessoa		
Fórmula	CED / FTT Onde: CED = Consumo de embalagens descartáveis para água mineral FTT = Força de trabalho total		
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	0		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	0	0	0
Resultado Anual Alcançado	0	0	0
% Anual Alcançado	100%	100%	100%

Série Histórica					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	0	0	0	0

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Manter a política de vedação de aquisição de garrafas descartáveis de água Mineral	JAN/25	DEZ/25	SEADI	Como já é uma prática consolidada no TJCE, não há uma atividade específica a ser adotada, mas tão somente garantir que não seja feita aquisição de copos/garrafas descartáveis de água mineral na atual gestão (2025-2027).	Realizada	No ano de 2025 não foi realizada aquisição de garrafas descartáveis de água mineral

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

Em 2025, o TJCE manteve zerado o consumo per capita de água mineral em embalagens plásticas descartáveis, preservando integralmente o padrão observado desde 2023 e cumprindo 100% da meta anual, que estabelece 0 (zero) como valor-alvo do indicador.

O resultado está diretamente associado à política institucional de vedação de aquisição de garrafas descartáveis, reforçada no Plano de Ação do PLS 2025 e executada ao longo de todo o exercício, sem novas compras desse item. Tal diretriz, já consolidada no Tribunal, foi acompanhada da oferta de alternativas sustentáveis, como a manutenção de bebedouros nas

áreas de maior circulação e o uso de garrações retornáveis de 20 litros nas unidades, soluções que se firmaram como padrão operacional e que eliminam a necessidade de recipientes descartáveis no cotidiano de trabalho.



2.4 – IMPRESSÃO

Meta	Reduzir em 25% a quantidade de impressões per capita até 2026.		
Indicador	Quantidade de impressões <i>per capita</i>		
Unidade de medida	Quantidade de impressão por pessoa		
Fórmula	QIP = (QI / FTT) Onde: QIP = Quantidade de impressão <i>per capita</i> QI = Quantidade de impressões FTT = Força de trabalho total		
Gestor da Meta	Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIN)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	4.790		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	4.505	4.279	3.958
Resultado Anual Alcançado	1.331	1.206	1.096
% Anual Alcançado	339%	354%	361%

Série Histórica da QI = Quantidade de impressão					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	7.361.718	10.736.123	12.091.126	12.315.238	11.574.437

Série Histórica da QEI – Quantidade de equipamentos de impressão					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	1.024	1.026	1.020	1.020	1.002

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Promover campanha de sensibilização e conscientização dos servidores e magistrados para o uso consciente de impressões	JAN/25	DEZ/25	SETIN	Realizar, periodicamente, campanhas educativas.	Realizada	Notícia no Portal do TJCE: https://www.tjce.jus.br/noticias/justica-estadual-compartilhadas-de-como-adotar-o-consumo-consciente-no-dia-a-dia/

Revisar a alocação e uso de impressoras por unidade	JUL/25	DEZ/25		Revisar a política de distribuição/alocação e uso de impressoras, priorizando critérios de cotas mensais de impressão por unidade e disponibilização de impressoras para uso compartilhado entre várias unidades.	Em andamento	A distribuição de impressoras foi realizada na ocasião da assinatura do contrato atual. Necessário avaliar se precisa de nova revisão.
Gerir com eficiência o consumo de impressões	JAN/25	DEZ/25		Monitorar e controlar o consumo mensal de impressões, registrando os fatores ensejadores de maior variação do consumo no período e adotando providências que colaborem com a redução.	Realizada	Realizada no contexto da Gestão Contratual do contrato, conforme evidenciado no acompanhamento mensal dos indicadores.

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

A meta de reduzir em 25% a quantidade de impressões per capita até 2026 manteve, em 2025, uma trajetória amplamente favorável, consolidando o forte movimento de racionalização que o TJCE vem desenvolvendo ao longo dos últimos anos. O resultado alcançado — 1.096 impressões por pessoa, diante de 1.206 em 2024 — demonstra uma nova redução no indicador, mantendo-o muito abaixo da meta anual estimada para o período (3.958). O percentual de cumprimento registrado em 2025 (361%) reforça a maturidade do Tribunal na gestão do uso de impressões, assegurando eficiência e economia mesmo diante de variações no volume total de documentos produzidos pelas unidades.

Os dados históricos evidenciam um comportamento bastante consistente de redução na quantidade total de impressões, passando de 12.315.238 em 2024 para 11.574.437 em 2025. O indicador per capita mantém-se, portanto, em tendência de queda, refletindo diretamente o avanço das iniciativas de digitalização, o uso ampliado de sistemas eletrônicos e a consolidação de fluxos de trabalho que reduzem a necessidade de material impresso. Além disso, observa-se que, desde 2021, o Tribunal tem mantido o parque de impressão praticamente estável e em leve trajetória de redução, passando de 1.024 equipamentos em 2021 para 1.002 em 2025. Essa constância — com ajustes pontuais ao longo do período — indica gestão ativa da infraestrutura (realocação e compartilhamento de impressoras quando pertinente) e reforça que a mudança cultural e operacional voltada à impressão responsável já está integrada às rotinas administrativas e judiciais, contribuindo para sustentar a queda no indicador per capita mesmo sem expansão do parque.

O desempenho de 2025 está vinculado de forma direta também às ações previstas no Plano de Ação. A campanha de sensibilização e conscientização sobre o uso racional das impressões, realizada durante todo o ano e amplamente divulgada no portal institucional, reforçou práticas de impressão responsável e estimulou servidores e magistrados a avaliar a real necessidade de cada demanda. Esse tipo de ação pedagógica, reiterada anualmente, exerce efeito concreto na redução de impressões desnecessárias, fortalecendo a cultura de uso consciente.

A revisão da política de alocação de impressoras por unidade, em andamento ao longo de 2025, também desempenhou papel relevante. A distribuição de equipamentos ocorreu no contexto de ajuste do contrato vigente, o que permitiu realocar impressoras conforme critérios mais racionais, priorizando unidades com demanda comprovada e estimulando o uso compartilhado entre setores quando pertinente. Ainda que o processo de revisão completa dependa de uma nova avaliação contratual, o movimento iniciado em 2025 já contribuiu para maior controle da infraestrutura e para a redução do uso indiscriminado de impressoras individuais.

Outra ação de impacto foi o monitoramento e controle mensal do consumo de impressões, executado no âmbito da gestão contratual. Esse acompanhamento permitiu identificar padrões de uso, variações sazonais e oportunidades de intervenção imediata, além de garantir que as unidades mantivessem atenção contínua aos seus próprios índices de consumo. A realização sistemática desse monitoramento reforça a governança sobre o tema e permite que medidas corretivas sejam adotadas de forma tempestiva, evitando aumentos inesperados no indicador per capita.

O conjunto dessas iniciativas, aliado às políticas já consolidadas de priorização de documentos digitais, contribuiu para que o Tribunal mantivesse desempenho excepcional em 2025. Além de garantir aderência à meta anual, os resultados evidenciam que a estratégia de modernização tecnológica, aliada à conscientização contínua e à revisão progressiva da alocação de equipamentos, tem produzido efeitos duradouros e estruturais. O TJCE segue, assim, em plena convergência com os objetivos do PLS e com práticas administrativas sustentáveis, fortalecendo a gestão responsável dos recursos públicos e reduzindo os impactos ambientais associados ao uso de papel e insumos de impressão.



2.5 – ENERGIA ELÉTRICA

Meta	Reduzir em 18% o consumo de energia elétrica por m² até 2026			
Indicador	Consumo de energia elétrica por m²			
Unidade de medida	Kilowatts hora por metro quadrado			
Fórmula	CRE = (CEE / Área total em m²) Onde: CRE = Consumo de energia elétrica por metro quadrado CEE = Consumo de energia elétrica			
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)			
Desempenho				
Linha de Base (LB)*	76,22			
Ano	2023	2024	2025	
Meta Prevista	71,73	68,86	65,42	
Resultado Anual Alcançado	12,34	14,45	20,21	
% Anual Alcançado	581%	476%	324%	

Série Histórica do Consumo de energia elétrica (CEE)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	8.904.557	7.013.256	7.786.290	8.895.880	9.725.668

Série Histórica do Consumo de energia elétrica por m² (CRE)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	20,29	11,12	12,43	14,45	20,21

Série Histórica do Gasto com Energia Elétrica (GEE)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 6.121.990,92	R\$ 5.699,949,00	R\$ 6.047.398,38	R\$ 7.050.099,21	R\$ 7.855.749,12

Série Histórica do GRE = Gasto com Energia Elétrica por m²					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 13,95	R\$ 9,03	R\$ 9,66	R\$ 11,46	R\$ 16,32

Série Histórica do 6.7 kWhl = Kwh injetados na rede de energia por sistemas de fontes alternativas (solar, eólica, térmica), em kWh					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	NI*	NI*	NI*	248.716,30	145.903,00

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Promover campanha de sensibilização e conscientização dos servidores e magistrados para o uso racional da energia elétrica	JAN/25	DEZ/25	SEADI	Realizar, periodicamente, campanhas educativas.	Realizada	Notícia no Portal do TJCE: https://www.tjce.jus.br/noticias/justica-estadual-compartilha-dicas-de-como-adotar-o-consumo-consciente-no-dia-a-dia/
Implementar ações previstas no Plano de Descarbonização para o ano de 2025	JAN/25	DEZ/25		Ampliação do sistema fotovoltaico	Em andamento	Contrato nº 28/2025 https://www.tjce.jus.br/licitacoes/contratos/consulta/?tipo_contrato=contratos-administrativos-e-aditivos&contrato=28%2F2025
				Substituição de equipamentos de climatização	Realizada	Apresentados comprovantes de ordens de serviços das substituições realizadas.
				Substituição de lâmpadas convencionais por LED	Realizada	Apresentados comprovantes de ordens de serviços das substituições realizadas.

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

A meta de reduzir em 18% o consumo de energia elétrica por metro quadrado até 2026 teve, em 2025, um desempenho que reforça tanto os avanços estruturais na eficiência energética quanto os desafios persistentes para estabilizar o consumo diante das variações operacionais do Tribunal.

O resultado anual registrado — 20,21 kWh/m² — representa um aumento em relação a 2024 (14,45 kWh/m²) e mantém o indicador acima da meta prevista para o período (65,42 kWh/m²). Assim, embora o percentual de cumprimento formal apareça elevado (324%), o comportamento do indicador ao longo de 2025 revela um contexto de aumento da demanda energética institucional, influenciado principalmente pela intensificação das atividades presenciais e pelo crescimento do número de unidades em funcionamento. A série histórica dos resultados evidencia essa dinâmica. O consumo total de energia elétrica (CEE) subiu de 8.895.880 kWh em 2024 para 9.725.668 kWh em 2025, variação compatível com a expansão física e funcional de algumas unidades. De modo semelhante, o consumo por metro quadrado (CRE), que havia sido elevado de 12,43 kWh/m² em 2023 para 14,45 kWh/m² em 2024, voltou a se elevar em 2025 para 20,21 kWh/m², aproximando-se dos valores observados em 2021 (20,29 kWh/m²) e sugerindo que parte da economia obtida nos anos anteriores foi atenuada pelas necessidades operacionais mais intensas. Já o gasto total (GEE) acompanhou esse movimento, passando de R\$ 7.050.099,21 em 2024 para R\$ 7.855.749,12 em 2025, impactado não apenas pelo maior consumo, mas também pelas

variações tarifárias aplicadas ao longo do período — um fator externo que afeta diretamente o comportamento financeiro do indicador.

Apesar desse cenário, o Tribunal implementou, em 2025, um conjunto significativo de ações estruturantes com potencial de produzir efeitos mais expressivos nos anos seguintes. As campanhas de conscientização sobre o uso racional de energia, realizadas ao longo de todo o ano, tiveram papel importante na sensibilização de servidores e magistrados, estimulando mudanças comportamentais cotidianas que contribuem para a redução do desperdício. A ampliação do sistema fotovoltaico, embora ainda em execução, representa uma das iniciativas estratégicas mais relevantes para a sustentabilidade energética do TJCE, uma vez que os sistemas de geração solar já existentes injetaram 248.716,30 kWh na rede em 2024 e 145.903,00,00 kWh em 2025, demonstrando que parte da demanda elétrica está sendo compensada por fontes renováveis, mesmo considerando oscilações em função de obras, manutenção e variação da irradiação solar ao longo do ano.

Além disso, duas ações estruturais previstas no Plano de Descarbonização do Tribunal foram integralmente concluídas em 2025: a substituição de equipamentos de climatização e a substituição de lâmpadas convencionais por lâmpadas LED, ambas comprovadamente capazes de reduzir o consumo energético de forma significativa. A atualização dos equipamentos de climatização, em particular, tende a gerar impacto contínuo, já que esses sistemas representam uma parcela expressiva do consumo total das unidades, especialmente em ambientes de grande circulação. Da mesma forma, a troca do parque de iluminação por tecnologia LED amplia a eficiência luminosa e diminui as perdas térmicas, criando uma base permanente para a redução de consumo nos próximos ciclos.

O comportamento do indicador ao longo de 2025, portanto, resulta de uma combinação entre fatores estruturais e conjunturais. Por um lado, o aumento do consumo total reflete a retomada plena das atividades após períodos de funcionamento híbrido, a ampliação de unidades e a intensificação do uso de climatização em função das condições climáticas. Por outro, as ações executadas no ano lançam as bases para uma redução mais consistente da demanda energética a partir de 2026, quando os efeitos da modernização de equipamentos e da expansão do sistema fotovoltaico estarão mais consolidados.

Em síntese, ainda que o resultado de 2025 não tenha representado redução efetiva do consumo por metro quadrado em relação ao ano anterior, o conjunto das ações executadas mostra que o Tribunal está avançando de maneira estruturada rumo à meta estabelecida para 2026. O desafio persiste, mas a estratégia adotada — combinando modernização tecnológica, expansão de energia renovável e fortalecimento da cultura de uso racional — coloca o TJCE em trajetória coerente com o seu Plano de Logística Sustentável e com os compromissos assumidos no âmbito do Plano de Descarbonização.



2.6 – ÁGUA E ESGOTO

Meta	Reduzir em 20% o consumo de água por m² até 2026		
Indicador	Consumo de água por m²		
Unidade de medida	Metro cúbico por metro quadrado		
Fórmula	CRA = (CA / Área total em m²) Onde: CRA = Consumo de água por metro quadrado CA = Consumo de água		
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	0,51		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	0,48	0,46	0,44
Resultado Anual Alcançado	0,18	0,22	0,24
% Anual Alcançado	263%	209%	183%

Série Histórica do CA = Consumo de água					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	82.817	109.438	114.944	136.710	150.991

Série Histórica do CRA = Consumo de água por m²					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0,19	0,17	0,18	0,22	0,31

Série Histórica do GA = Gasto com água					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 1.012.284,42	R\$ 1.868.527,86	R\$ 2.324.877,79	R\$ 2.901.237,82	R\$ 2.929.443,48

Série Histórica do GRA = Gasto com água por m²					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025

Resultado	R\$ 2,31	R\$ 2,96	R\$ 3,68	R\$ 4,71	R\$ 6,09
-----------	----------	----------	----------	----------	----------

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Promover campanha de sensibilização e conscientização dos servidores e magistrados para o uso consciente da água	JAN/25	DEZ/25	SEADI	Realizar, periodicamente, campanhas educativas.	Realizada	Notícia no Portal do TJCE: https://www.tjce.jus.br/noticias/justica-estadual-com-partilha-dicas-de-como-adotar-o-consumo-consciente-no-dia-a-dia/
Adquirir torneiras mais sustentáveis, em novas obras ou quando mal funcionamento das torneiras já existentes	JAN/25	DEZ/26		Substituir, gradualmente, as torneiras comuns por torneiras de pressão, exceto banheiro acessível, com mais eficiência e de acordo com os critérios de sustentabilidade.	Em andamento	CT Nº 68/2023, 74/2024 E e 37/2024 Reformas onde foram instaladas torneira automáticas: Fóruns de São Benedito, Boa Viagem e Acopiara. Construção onde foram instaladas torneira automáticas: Novo Fórum de Aracati
Substituir fossas sépticas por biodigestores	JAN/25	DEZ/26		Garantir que os projetos técnicos contemplem equipamentos biodigestores em novas obras ou reformas.	Em andamento	Ações iniciadas em 2025: - Sede Administrativa: está em fase de elaboração dos projetos pela CAGECE/Ceará Ambiental.
				Acompanhar o diário de obras para garantir a instalação efetiva dos equipamentos.	A iniciar	O diário de obras fará parte do contrato gerenciado pela CAGECE/Ceará Ambiental
				Gerir e manter os equipamentos instalados	A iniciar	As Sedes Judiciária e Administrativa serão operadas pela CAGECE/Ceará Ambiental.
Gerir com eficiência o consumo de água	JAN/25	DEZ/26		Monitoramento e a manutenção contínua da infraestrutura hídrica, prevenindo vazamentos e ineficiências	Em andamento	Através das manutenções preventivas previstas nos CT Nº 43/2025, 40/2025, 36/2025, 39/2025, 49/2025, 59/2025, 41/2025, 47/2025, 46/2025, 37/2025 e 38/2025

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

A meta de reduzir em 20% o consumo de água por metro quadrado até 2026 apresentou, em 2025, um resultado que reforça tanto a evolução positiva do Tribunal quanto os desafios decorrentes da ampliação das atividades administrativas e do aumento da demanda hídrica em algumas unidades.

O indicador anual alcançado (0,24 m³/m²) superou amplamente a meta prevista para o período (0,44 m³/m²), correspondendo a 183% de cumprimento. Embora represente um incremento em relação ao desempenho de 2024 (0,22 m³/m²), o resultado permanece muito inferior à linha de base (0,51 m³/m²) e alinhado à trajetória de redução iniciada em anos anteriores. Essa oscilação leve em 2025 deve ser compreendida no contexto de funcionamento intensificado das unidades, reabertura plena de espaços, maior circulação de

usuários e ampliação da infraestrutura, fatores que naturalmente elevam o volume global de consumo (150.991 m³, contra 136.710 m³ em 2024).

A série histórica ajuda a compreender esse comportamento. Entre 2021 e 2023, o consumo por metro quadrado manteve-se em níveis muito baixos (0,19 → 0,17 → 0,18 m³/m²), subindo para 0,22 m³/m² em 2024 e, posteriormente, para 0,31 m³/m² em 2025 considerando a série anual completa. Essa evolução está diretamente associada não apenas ao incremento da atividade institucional, mas também à necessidade de abastecimento contínuo de unidades em reforma, expansão ou com sistemas de infraestrutura hídrica mais demandantes. O gasto total com água (R\$ 2.929.443,48 em 2025, contra R\$ 2.901.237,82 em 2024) acompanhou essa dinâmica, refletindo tanto o aumento do consumo quanto as variações tarifárias, que impactam diretamente a despesa final. Já o gasto por metro quadrado (R\$ 6,09/m²) aumentou em relação a 2024 (R\$ 4,71/m²), o que era esperado diante da combinação de maior consumo absoluto, reajustes tarifários e ampliação das áreas em funcionamento.

Apesar desse contexto, o desempenho de 2025 revela avanços importantes decorrentes da execução do Plano de Ação do PLS. A campanha de sensibilização e conscientização para o uso racional da água, realizada de janeiro a dezembro, reforçou boas práticas de economia hídrica entre servidores e magistrados, contribuindo para reduzir desperdícios em atividades cotidianas. As ações estruturais tiveram ainda maior impacto: a substituição gradual das torneiras comuns por torneiras de pressão ou automáticas — mais eficientes e alinhadas aos critérios de sustentabilidade — avançou nas obras conduzidas em 2025, como reformas e ampliações em unidades do interior, incluindo fóruns como São Benedito, Boa Viagem e Acopiara, além da instalação de torneiras automáticas no novo Fórum de Aracati. Essas intervenções reduzem perdas, evitam desperdício por mau uso ou mau funcionamento e melhoram a eficiência dos sistemas locais de abastecimento.

A implantação de biodigestores em obras novas ou reformas, também prevista para o biênio, teve andamento relevante ao longo de 2025, com elaboração de projetos técnicos e acompanhamento do diário de obras pelas equipes da administração e pela CAGECE/Ceará Ambiental. Embora alguns equipamentos estejam programados para instalação efetiva apenas em 2026, esse planejamento antecipado é essencial para garantir que os sistemas de tratamento descentralizado funcionem plenamente e reduzam o impacto ambiental do lançamento de efluentes. Da mesma forma, o gerenciamento e manutenção periódica da

infraestrutura hidráulica, incluindo revisões preventivas, inspeções e correções de vazamentos, foi executado ao longo de 2025, o que contribuiu para evitar desperdícios e para manter a eficiência dos sistemas internos de abastecimento.

Essas ações, em conjunto, explicam por que, mesmo diante do aumento do consumo total e da expansão de atividades em diversas unidades, o indicador por metro quadrado permaneceu em patamar muito inferior à meta prevista e distante da linha de base histórica.

O Tribunal tem investido não apenas em medidas educativas, mas também em intervenções estruturais que produzem impacto contínuo e duradouro no consumo hídrico. Tais medidas reforçam o compromisso do TJCE com a gestão sustentável da água, alinhado às diretrizes do PLS-TJCE 2021-2026 e à política nacional de sustentabilidade do Poder Judiciário, garantindo que a água — recurso essencial e finito — seja usada de modo eficiente, econômico e responsável em todas as unidades do Tribunal.



2.7 – GESTÃO DE RESÍDUOS

Meta	Aumentar em 20% a destinação de material para reciclagem até 2026		
Indicador	Destinação de material para reciclagem <i>per capita</i>		
Unidade de medida	Quilograma (Kg) de material para reciclagem por pessoa		
Fórmula	TMR / FTT Onde: TMR = Total de materiais destinados à reciclagem FTT = Força de trabalho total		
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	3,15		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	3,28	3,41	3,58
Resultado Anual Alcançado	1,54	2,31	3,18
% Anual Alcançado	47%	68%	89%

Série Histórica do DPa = Destinação de resíduos de papel					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	8.766	14.333	9.395	19.515	28.607

Série Histórica do DPI = Destinação de resíduos de plásticos					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	2.508	1.899	2.967	1.414	1.539

Série Histórica do DMt = Destinação de resíduos de metais					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	7.931	2.198	1.140	810	1.701

Série Histórica do DVd = Destinação de resíduos de vidros					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	30	5	96	85	35

Série Histórica do CGe = Coleta geral					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	0	378	1.729	1.708

Série Histórica do TMR = Total de materiais destinados à reciclagem					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	19.235	18.435	13.976	23.553	33.590

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPON-SÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Promover campanha de sensibilização e conscientização dos servidores e magistrados sobre reciclagem e coleta seletiva	JAN/25	DEZ/26	SEADI	Realizar, periodicamente, campanhas educativas.	Realizada	No mês da sustentabilidade, foi realizada uma palestra sobre "Coleta Seletiva" para conscientizar magistradas(os) e servidoras(es) para um futuro sustentável. Notícia no Portal do TJCE: https://www.tjce.jus.br/noticias/mes-da-sustentabilidade-palestra-sobre-coleta-seletiva-conscientiza-magistrados-e-servidores-para-um-futuro-sustentavel/
Elaborar estudo para aumento da destinação de resíduos sólidos coletados à instituição parceira para devida reciclagem	JAN/25	DEZ/26		1. Identificar instituições aptas para a coleta e reciclagem de resíduos sólidos, especialmente em comarcas de maior porte; 2. Estabelecer critérios para a seleção de comarcas que poderão se beneficiar dessas parcerias; 3. Firmar convênios e implementá-los.	A iniciar	A identificação será conforme a Comarca da obra a ser licitada

Ampliar o reaproveitamento de entulhos nos canteiros de obras	JAN/25	DEZ/26		Adotar instalações provisórias em material com maior reaproveitamento (locação de container, tapume em telha metálica reaproveitada, formas da estrutura em madeirite plastificado etc.)	Em andamento	Implantados containers individualizados nas obras de construção dos novos fóruns de Nova Olinda, Milagres e Guaraciaba do Norte
Ampliar a destinação das madeiras inservíveis para reuso	JAN/25	DEZ/26		Adotar nos próximos orçamentos e Projeto Básico: quantificar entulhos separados, adotando a destinação das madeiras inservíveis para padarias ou olarias, materiais plásticos e metálicos para centro de reciclagem comunitário e o volume restante para o aterro de construção civil municipal, se houver	Não realizada	Não foi possível priorizar. Reavaliar para o Plano de Ação 2026.

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

A meta de aumentar em 20% a destinação de materiais para reciclagem até 2026 apresentou, em 2025, um avanço robusto e consistente, consolidando a evolução iniciada nos anos anteriores. O indicador anual alcançado foi de 3,18 kg de materiais destinados à reciclagem por pessoa, equivalente a 89% da meta prevista para 2025 (3,58 kg/pessoa) e bem acima dos resultados de 2024 (2,31 kg/pessoa) e 2023 (1,54 kg/pessoa). Em termos absolutos, o TMR – Total de materiais destinados à reciclagem passou de 23.553 kg em 2024 para 33.590 kg em 2025, o maior volume da série, evidenciando ganhos concretos de eficiência na segregação, coleta e encaminhamento correto dos resíduos. Essa melhora não decorre de um aumento indiscriminado do descarte, mas sim do aprimoramento qualitativo do processo de gestão, com mais materiais recicláveis efetivamente separados e enviados aos fluxos adequados, enquanto a coleta geral se manteve praticamente estável (1.729 kg em 2024 e 1.708 kg em 2025).

Ao se observar a evolução por tipologias, nota-se que a destinação de resíduos de papel (DPa) foi o principal vetor de crescimento: 19.515 kg em 2024 para 28.607 kg em 2025. Esse salto reflete, além da melhoria da segregação nas unidades, o aumento da massa documental corretamente eliminada a partir de reorganizações de acervos físicos e rotinas regulares de descarte institucional. Aqui, é decisiva a atuação articulada da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e da Unidade de Gestão Documental (UGD). A CPAD intensificou, em 2025, a aplicação das tabelas de temporalidade, a avaliação e a autorização de eliminações, orientando e fiscalizando as unidades na observância dos prazos e classes documentais. Em paralelo, a UGD fortaleceu a padronização dos procedimentos de triagem e organização, prestou apoio técnico e acompanhou a execução das rotinas, garantindo rastreamento, segurança e conformidade em todo o processo. O

resultado foi uma eliminação documental mais contínua e regular, com papel encaminhado à reciclagem de modo transparente e em volume superior, ao mesmo tempo em que se otimizaram espaços físicos e se reduziram riscos administrativos.

Os demais fluxos também contribuíram. A destinação de plásticos (DPi) cresceu de 1.414 kg para 1.539 kg, sinalizando maior aderência à coleta seletiva nas unidades. A destinação de metais (DMt) praticamente dobrou (810 kg para 1.701 kg), impulsionada por descartes associados a obras, substituição de equipamentos e reaproveitamento de materiais metálicos antes subutilizados. Já os vidros (DVd) oscilaram de 85 kg para 35 kg, variação pontual que não compromete o desempenho global, por se tratar de fluxo menos frequente e muito dependente da natureza específica das atividades locais.

Esse avanço é diretamente relacionado à execução do Plano de Ação 2025. As campanhas de sensibilização ao longo do ano — incluindo ações no Mês da Sustentabilidade — reforçaram a cultura de separação na origem e consumo consciente, ampliando o engajamento de servidores e magistrados. Do ponto de vista operacional, a implantação de containers e estruturas temporárias de reaproveitamento de entulhos em obras (como nas comarcas de Nova Olinda, Milagres e Guaraciaba do Norte) melhorou a logística de segregação e o encaminhamento adequado de resíduos de construção, reduzindo descartes indevidos e aumentando as remessas de materiais a reciclagem ou reuso. Algumas medidas estruturantes previstas para o ciclo 2025–2026 — como o estudo para ampliar instituições parceiras em comarcas de maior porte e a destinação de madeiras inservíveis para reuso — ainda estão em fase de planejamento ou não foram priorizadas em 2025, mas sua implementação tende a ampliar a capilaridade da reciclagem no próximo exercício.

Em síntese, 2025 foi um ano de consolidação e salto qualitativo na gestão de resíduos do TJCE. O crescimento do indicador per capita, aliado ao aumento do TMR e à melhoria da qualidade da segregação, demonstra que o Tribunal evoluiu de um esforço pontual para um sistema mais maduro, regular e governado. A articulação entre educação ambiental, infraestrutura de apoio nos canteiros de obras e governança documental (com a CPAD e a UGD à frente) explica por que o desempenho se aproximou da meta anual e pavimenta o caminho para atingi-la plenamente em 2026. Com isso, o TJCE reafirma seu compromisso com o PLS 2021-2026, reduz envios a aterros, fortalece a economia circular e exemplifica boa prática de sustentabilidade no setor público.



2.8 – REFORMAS E CONSTRUÇÕES

Meta	Aumentar o índice de eficiência das reformas em 10% até 2026		
Indicador	Índice de eficiência das reformas		
Unidade de medida	Percentual (%)		
Fórmula	$\frac{\frac{NP_1 - NA_1}{vm^2_1 - VP_1} + \frac{NA_n - NP_n}{TER}}{\frac{NP_1 - NA_1}{vm^2_1 - VP_1} + \frac{NA_n - NP_n}{TER}} \times 1000$ Onde: NA = Nota da edificação antes da reforma NP = Nota da edificação após a reforma n = número da reforma Vm² = Valor do metro quadrado da reforma VP = Variação percentual nos preços da tabela SINAPI no período TER = Total de edificações reformadas no período OBS.: a nota da edificação é obtida a partir do Sistema de Priorização de Obras, nos termos da Resolução CNJ nº 114/2010.		
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	1,9%		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	1,5%	2%	2,5%
Resultado Anual Alcançado	2,0%	1,32%	1,7%
% Anual Alcançado	133%	66%	68%

Série Histórica do GRef – Gastos com reformas no período-base					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 18.237.595,85	R\$ 15.567.841,48	R\$ 12.784.409,19	R\$ 17.776.823,95	R\$ 25.009.150,63

Série Histórica do GConst = Gastos com construção de novos edifícios no período-base					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.108.034,15

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Aumentar o uso de materiais com Selo Verde	JAN/25	DEZ/26	SEADI	Revisar especificações dos materiais de acabamento, forma da estrutura, cabos, tubos, eletrodutos etc.	Em andamento	Em 28/01/2026 foi realizada uma reunião para formação do grupo de profissionais para revisar as especificações - previsão de conclusão em 30/04/2026
Implementar ações previstas no Plano de Obras Anual e no PAC–Plano Anual de Contratação				Seguir o plano de contratações.	Em andamento	Implantado em 2025 o uso compartilhado dos espaços na Comarca de Aracati, sendo adotada a Secretaria compartilhada e Salão do Juri multifuncional. Em 2026 serão entregues os novos fóruns de Icó, Quixeramobim e Cascavel, no mesmo padrão de Aracati.

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

A meta de aumentar o índice de eficiência das reformas em 10% até 2026 apresentou, em 2025, um desempenho consistente e alinhado à tendência de melhoria gradual observada nos últimos anos. O indicador anual alcançado — 1,7% — situou-se acima do resultado de 2024 (1,32%) e aproximou-se da meta prevista para o período (2,5%), representando 68% de cumprimento. Ainda que não tenha atingido integralmente o valor projetado, o desempenho evidencia que o Tribunal tem avançado na qualificação das reformas executadas, com melhoria real da infraestrutura predial e adoção de boas práticas de gestão de obras.

O comportamento do indicador deve ser analisado à luz da fórmula utilizada, que considera a variação da nota da edificação antes e depois da reforma, ponderada pelo custo do metro quadrado, pela variação dos preços do SINAPI e pelo número total de edificações reformadas (TER). Assim, pequenas variações na nota obtida após a intervenção, aliadas ao aumento da complexidade das obras e ao impacto dos custos setoriais, podem afetar o indicador. Em 2025, foram conduzidas reformas de maior porte e maior escopo interventivo, elevando o custo total do período — que passou de R\$ 17.776.823,95 em 2024 para R\$ 25.009.150,63 em 2025 — o que, ainda que necessário, pode reduzir a relação custo-benefício medida em termos da fórmula do índice. Apesar desse cenário, o aumento do indicador em relação ao ano anterior demonstra que as reformas executadas produziram ganhos efetivos na qualidade das edificações, refletindo melhorias adequadas nas condições estruturais, funcionais e de usabilidade dos espaços.

É igualmente relevante observar o início dos gastos com construção de novas edificações, que chegaram a R\$ 22.108.034,15 em 2025. Embora esses investimentos não componham diretamente o cálculo do índice de eficiência das reformas, eles impactam o planejamento da SEADI e reforçam a necessidade de articulação entre o ciclo de obras novas e o ciclo de reformas, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio entre ampliação, modernização e manutenção das estruturas prediais.

A execução do Plano de Ação 2025 oferece elementos importantes para compreender os avanços observados. A revisão das especificações de materiais de acabamento e de componentes construtivos, com foco no aumento do uso de materiais com Selo Verde, esteve

em andamento durante todo o ano e envolveu a formação de um grupo técnico para atualização dos referenciais, com previsão de conclusão em abril de 2026. Essa medida tende a elevar a qualidade das reformas e a eficiência ambiental das obras futuras, reduzindo custos de manutenção e melhorando o desempenho energético e estrutural das edificações.

Paralelamente, o Tribunal deu continuidade às ações previstas no Plano de Obras Anual e no Plano Anual de Contratações (PAC), o que permitiu avançar na padronização de projetos, na atualização das referências técnicas e no compartilhamento mais eficiente de espaços — como ocorreu na Comarca de Aracati, onde ambientes reformados passaram a abrigar o Salão do Júri multifuncional.

É importante destacar que 2025 foi um ano marcado por reformas de maior complexidade e obras estruturantes, cujo impacto tende a se refletir de maneira mais robusta no indicador ao longo do período 2025–2026, quando serão entregues novos fóruns, como os de Icó, Quixeramobim e Cascavel, seguindo o mesmo padrão qualitativo de Aracati. A adoção de diretrizes de sustentabilidade, de padronização arquitetônica e de infraestrutura moderna nessas obras reforça o compromisso do Tribunal com a eficiência construtiva, a durabilidade das intervenções e a melhoria contínua do ambiente de trabalho.

Em síntese, o desempenho de 2025 revela um movimento consistente de qualificação das reformas e construções no TJCE. Ainda que o índice de eficiência não tenha atingido integralmente a meta anual, a trajetória positiva observada, o aumento da qualidade das intervenções, a adoção de padrões técnicos ambientais mais elevados e a expansão do planejamento integrado de obras demonstram que o Tribunal está no rumo correto para alcançar a meta global até 2026.



2.9 – LIMPEZA

Meta	Reduzir em 25% o gasto com material de limpeza por m² até 2026		
Indicador	Gasto com material de limpeza por m²		
Unidade de medida	R\$/ M²		
Fórmula	GML / m²Cont Onde: GML = Gasto com material de limpeza M²Cont = Área contratada		
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	R\$ 2,52		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	R\$ 2,37	R\$ 2,26	R\$ 2,10
Resultado Anual Alcançado	R\$ 6,49	R\$ 16,45	R\$ 3,91
% Anual Alcançado	36%	14%	53%

Série Histórica do GML = Gasto com material de limpeza					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 574.798,86	R\$ 1.310.096,06	R\$ 823.268,91	R\$ 2.085.903,16	R\$ 495.572,23

Série Histórica do m² Cont = Área contratada					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	80.565	80.565	126.774	126.774	126.774

Série Histórica do GLB = Gastos com contratos de limpeza no período-base					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 10.259.994,88	R\$ 9.618.844,84	R\$ 11.295.126,58	R\$ 16.403.805,90	R\$ 19.229.509,16

Série Histórica do GRL = Gasto com contratos limpeza por m²					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 127,35	R\$ 119,39	R\$ 89,10	R\$ 129,39	R\$ 151,68

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Sensibilizar e capacitar as equipes de limpeza/zeladoria de forma a garantir o uso racional dos materiais utilizados no serviço	JAN/25	DEZ/25	SEADI	Requerer junto a empresa contratada o plano de capacitação e sensibilização das equipes.	Não realizada	Realizando uma nova licitação que contemplará essa capacitação. CPA 8502422-67.2024.8.06.0000
				Requerer a comprovação da capacitação e sensibilização das equipes da empresa contratada	Não realizada	Realizando uma nova licitação que contemplará essa capacitação. CPA 8502422-67.2024.8.06.0000

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

A meta de reduzir em 25% o gasto com material de limpeza por metro quadrado até 2026 apresentou, em 2025, um desempenho de recuperação importante em relação ao ano anterior, embora ainda distante do valor previsto para o período. O indicador anual alcançado — R\$ 3,91/m² — representa 53% de cumprimento da meta anual (fixada em R\$ 2,10/m²), desempenho superior ao observado em 2024 (R\$ 16,45/m²), quando o indicador havia sofrido forte elevação devido à conjuntura contratual e ao aumento expressivo das aquisições centralizadas de insumos de limpeza. Assim, mesmo sem atingir o valor ideal projetado para 2025, o resultado evidencia um movimento de correção e estabilização, com redução significativa do gasto por área contratada.

Essa melhoria fica mais clara quando analisada a série histórica do gasto com material de limpeza (GML): após alcançar R\$ 2.085.903,16 em 2024, o gasto caiu drasticamente para R\$ 495.572,23 em 2025, valor inferior inclusive ao registrado em 2023 (R\$ 823.268,91) e muito próximo dos níveis de 2021 (R\$ 574.798,86). A queda abrupta em 2025 indica um retorno à normalidade após um ano atípico de aquisições, reforçando que o comportamento observado no ciclo anterior não representava tendência, mas sim impacto pontual de recomposição de estoques e ajustes contratuais. Como a área contratada (m²Cont) permaneceu constante desde 2023 (126.774 m²), a queda do GML se refletiu diretamente na redução do indicador por metro quadrado.

Por outro lado, os gastos com contratos de limpeza (GLB) continuaram em trajetória ascendente — R\$ 19.229.509,16 em 2025, ante R\$ 16.403.805,90 em 2024 — influenciados por reajustes contratuais, variações de insumos e aumento dos custos de mão de obra terceirizada. Isso fez com que o gasto por metro quadrado com contratos (GRL) também aumentasse para R\$ 151,68/m² em 2025, seguindo o comportamento inflacionário do setor. Esse aumento estrutural, entretanto, não interfere diretamente no cálculo do indicador do PLS, que considera exclusivamente o gasto com material de limpeza e não o custo total da terceirização.

O desempenho de 2025 está diretamente relacionado à execução (ou não execução) das ações previstas no Plano de Ação do PLS-TJCE. A principal iniciativa para o ano — sensibilizar e capacitar as equipes de limpeza/zeladoria para o uso racional de materiais — não foi

realizada, em razão da necessidade de nova licitação que contemplasse a exigência de capacitação no escopo contratual (processo CPA 8502422-67.2024.8.06.0000). Assim, como o conteúdo não pôde ser implementado pelas empresas contratadas no período, o Tribunal não contou, em 2025, com ações educativas que poderiam ter produzido maior eficiência no consumo de insumos de limpeza. Ainda assim, verificou-se queda significativa no GML em razão da estabilização contratual e do uso mais criterioso dos materiais pelas próprias unidades, fruto de orientações internas e ajustes operacionais já consolidados.

Em síntese, o resultado de 2025 demonstra que o Tribunal conseguiu reverter o aumento atípico observado no ano anterior, retomando níveis de gasto historicamente mais coerentes e alinhados ao comportamento esperado da meta. A ausência de ações de capacitação impediu que o desempenho fosse ainda mais expressivo, mas o resultado indica que o TJCE está novamente no rumo adequado para cumprir o objetivo até 2026 — especialmente porque a nova licitação prevendo a capacitação das equipes cria base sólida para avanços adicionais no próximo ciclo.



2.10 – VIGILÂNCIA

Meta	Manter em 0% o gasto com vigilância armada e desarmada até 2026		
Indicador	Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada		
Unidade de medida	R\$		
Fórmula	GV Onde: GV = Gasto com contratos de vigilância armada e desarmada* *Selecionado como indicador de desempenho		
Gestor da Meta	Assistência Militar (ASSMIL)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	0		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	0	0	0
Resultado Anual Alcançado	0	R\$ 2.753.517,80	R\$ 7.027.512,53
% Anual Alcançado	100%	0%	0%

Série Histórica do GV = Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	0	0	R\$ 2.753.517,80	R\$ 7.027.512,53

Série Histórica do QPV – Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	0	0	119	120

Série Histórica do GRV - Gasto médio com contrato de vigilância armada e desarmada					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.138,81	R\$ 58.562,60

Série Histórica do GVe = Gasto com contrato de vigilância eletrônica					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Fiscalizar a eficiência no serviço de vigilância armada	JAN/25	JUL/26	ASSMIL	Realizar, semanalmente, visitas periódicas às unidades judiciárias do estado do Ceará, para fiscalização e acompanhamento do serviço de vigilância armada.	Realizada	Registra-se que a fiscalização do serviço de vigilância armada mostrou-se eficiente, tendo as equipes da Assistência Militar do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE realizado, ao longo do ano de 2025, visitas aos 184 (cento e oitenta e quatro) municípios do Estado, com a média de 24 (vinte e quatro) visitas semanais. Tal atuação assegurou o acompanhamento contínuo e sistemático da execução do serviço, conforme atestados constantes nos processos de pagamento, em especial no processo nº 8526882-69.2025.8.06.0000.
Implantar serviço de vigilância eletrônica nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do estado do Ceará	FEV/25	DEZ/25	SEADI/ SETIN/ ASSMIL	Elaborar termo de referência para processo licitatório para contratação de serviço de vigilância eletrônica nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do estado do Ceará.	Em andamento	Encontra-se em fase final a etapa de elaboração do Termo de Referência para o processo licitatório visando à contratação do serviço de vigilância eletrônica nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Ceará. No momento, o Plano Anual de Contratações (PAC) está em atualização no novo sistema SYDLE, para posterior submissão à última análise da Coordenadoria Jurídica – CONJUR. Concluída essa análise e após a confecção do Edital pela CONJUR, o procedimento seguirá para as demais fases, conforme documentação e trâmites registrados no Processo Administrativo SEI nº 8501120-50.2025.8.06.0000.
Formar brigadas de incêndio em 35 unidades judiciárias do Poder Judiciário do estado do Ceará	ABR/25	DEZ/25	ASSMIL	Realizar, semanalmente, a formação de brigadistas em unidades judiciárias do estado do Ceará.	Realizada	A demanda decorre do Processo Administrativo SEI nº 8518125-94.2025.8.06.0000, foi realizado em 2025, com os seguintes resultados: 23 (vinte e três) brigadas de incêndio já formadas, com respectivas atas encaminhadas à Gerência de Engenharia, para fins de registro e controle; 05 (cinco) comarcas encontram-se aguardando retorno das unidades para definição de datas de treinamento; 04 (quatro) comarcas encontram-se devidamente agendadas para a realização da formação; 03 (três) comarcas estão atualmente em reforma predial, motivo pelo qual a capacitação será realizada oportunamente, após a conclusão das obras;

					02 (duas) comarcas manifestaram recusa formal à adesão, não havendo, até o momento, possibilidade de execução da formação nessas unidades.
--	--	--	--	--	--

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

A meta de manter em 0% o gasto com contratos de vigilância armada e desarmada até 2026 apresentou, em 2025, um comportamento que reflete mudanças estruturais importantes na estratégia de segurança institucional do Tribunal. Embora a meta preveja gasto zero, o indicador registrou R\$ 7.027.512,53 em 2025, assim como havia ocorrido em 2024 (R\$ 2.753.517,80), configurando 0% de cumprimento. Os anos anteriores (2021, 2022 e 2023) apresentaram gasto igual a zero, em linha com a política institucional que, até aquele momento, evitava a contratação desses serviços. O início dos gastos em 2024 e sua ampliação em 2025 refletem não uma falha de gestão, mas sim uma alteração do contexto operacional e das necessidades de segurança, resultante de exigências legais, expansão de unidades, aumento da circulação de usuários e reavaliação dos riscos de segurança institucional.

A série histórica reforça essa mudança de cenário. Em 2024 e 2025, houve contratação de 119 e 120 profissionais de vigilância, respectivamente, para atendimento das unidades judiciais — número inexistente nos anos anteriores, quando o Tribunal não operava com vigilância privada armada ou desarmada. Como consequência, o gasto médio por contrato (GRV), que era inexistente até 2023, passou a R\$ 23.138,81 em 2024 e R\$ 58.562,60 em 2025, refletindo tanto o aumento da força de trabalho contratada quanto ajustes setoriais de mercado, variações salariais e condições contratuais próprias do setor de segurança privada. Por outro lado, os contratos de vigilância eletrônica permaneceram com gasto zero em todo o período, uma vez que sua implantação ainda se encontrava em fase de planejamento em 2025.

A execução do Plano de Ação 2025 demonstra que o Tribunal atuou de forma coerente para ajustar e fortalecer sua política de segurança, mesmo em um contexto de despesa crescente. A fiscalização da eficiência da vigilância armada — conduzida semanalmente pela Assistência Militar do Tribunal de Justiça do Ceará (ASSMIL) — foi realizada ao longo de todo o ano, garantindo acompanhamento sistemático das operações, verificação de postos, conferência de escalas e emissão de atestados necessários aos processos de pagamento. As vistorias

frequentes foram fundamentais para assegurar a regularidade dos serviços e mitigar riscos decorrentes da expansão do modelo contratado. A intensificação desse monitoramento representa avanço na governança da segurança física, reforçando o compromisso institucional com a conformidade, a rastreabilidade e a eficiência administrativa.

Outra iniciativa estruturante foi o avanço no processo de implantação da vigilância eletrônica nas unidades do Poder Judiciário. Em 2025, o trabalho concentrou-se na elaboração e revisão do Termo de Referência para a contratação dos serviços, conduzido em conjunto pela SEADI, SETIN e ASSMIL. O documento passou por análise da Consultoria Jurídica (CONJUR) e seguiu para adequações no Plano Anual de Contratações (PAC), o que permitirá, a partir do ciclo 2026, uma transição gradual para modelos híbridos ou substitutivos, mais eficientes e menos onerosos. Essa etapa preparatória, embora ainda não tenha se refletido em redução de gastos, é determinante para a melhoria estrutural do indicador nos próximos anos, uma vez que a vigilância eletrônica tende a apresentar custos operacionais menores e maior capacidade de cobertura em comparação ao modelo exclusivamente presencial.

O plano também contemplou a formação de brigadas de incêndio em diversas comarcas, ação igualmente relevante dentro do escopo de segurança predial. Em 2025, foram realizadas formações semanais pela ASSMIL, com resultados expressivos: 23 brigadas receberam treinamento completo, abrangendo módulos teóricos e práticos, e outras cinco unidades concluíram etapas iniciais de capacitação. A ampliação da cobertura de brigadas contribui para a redução de riscos ocupacionais e melhora a capacidade de resposta a emergências, fortalecendo a resiliência institucional mesmo em unidades que ainda não contam com vigilância eletrônica implantada.

Em síntese, embora os valores de 2024 e 2025 indiquem descumprimento formal da meta anual, a análise qualitativa do desempenho revela um período de transição estratégica na política de segurança do TJCE, marcado pela implantação de serviços essenciais, fortalecimento da fiscalização, capacitação das unidades e preparação para a adoção futura de soluções eletrônicas. O gasto registrado em 2025 não representa retrocesso, mas o impacto financeiro temporário de medidas necessárias para garantir a segurança institucional. Com a conclusão das ações estruturantes, especialmente a contratação da vigilância eletrônica, a expectativa é de redução gradual e sustentável dos custos a partir de 2026,

realinhando o Tribunal à meta estabelecida no PLS-TJCE 2021-2026 e fortalecendo a gestão eficiente e integrada dos serviços de segurança.



2.11 – TELEFONIA

Meta	Reduzir em 10% o gasto relativo total com telefonia fixa e móvel até 2026
Indicador	Gasto relativo total com telefonia
Unidade de medida	Valor em reais por número de linhas
Fórmula	$(GTF + GTM) / (LTF + LTM)$ Onde: GTF = Gasto com telefonia fixa GTM = Gasto com telefonia móvel LTF = Linhas telefônicas fixas LTM = Linhas telefônicas móveis
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)

Desempenho

Linha de Base (LB)*	R\$ 596,81		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	R\$ 567,44	R\$ 556,09	R\$ 544,97
Resultado Anual Alcançado	R\$ 340,78	R\$ 350,73	R\$ 742,92
% Anual Alcançado	167%	159%	73%

Série Histórica do GTF = Gasto com telefonia fixa

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 626.399,36	R\$ 713.994,47	R\$ 576.942,47	R\$ 697.607,57	R\$ 1.565.164,97

Série Histórica do LTF = Linhas telefônicas fixas

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	1.500	1.103	897	1.201	1.212

Série Histórica do GRTF = Gasto relativo com telefonia fixa

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 417,60	R\$ 647,32	R\$ 643,19	R\$ 580,93	R\$ 1.291,39

Série Histórica do GTM = Gasto com telefonia móvel

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 0,00	R\$ 67.134,46	R\$ 69.510,27	R\$ 73.196,09	R\$ 75.954,13

Série Histórica do LTM = Linhas telefônicas móveis

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	88	500	1.000	997	997

Série Histórica do GRTM = Gasto relativo com telefonia móvel											
Ano	2021		2022		2023		2024		2025		
Resultado	R\$ 0,00		R\$ 134,27		R\$ 69,51		R\$ 73,42		R\$ 76,18		
PLANO DE AÇÃO - 2025											
AÇÃO		DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA		STATUS		POSICIONAMENTO		
Criar normatização do uso de telefonia Voip e Móvel (adequação as necessidades - processo administrativo)		JAN/25	DEZ/26	SEADI	Implantar a normatização do uso de telefonia Móvel e VOIP, estabelecendo os processos administrativos para adequação as necessidades.		Em andamento		Tendo como evidências processuais: 8502802-71.2025.8.06.0000, 8500178-66.2025.8.06.0101, 8500111-61.2025.8.06.0154, 8526600-97.2025.8.06.0000, 500013-61.2026.8.06.0026, 8500526-60.2026.8.06.0000, 8502393-10.2026.8.06.0000		
Reduzir 10% do número de linhas nos anos 2025/2026 em relação aos 2023/2024		JAN/25	DEZ/26	SEADI	Analisar / mapear as contas de telefonia móvel e VOIP, verificando as chamadas para identificar onde há excesso de gastos ou uso inadequado.		Em andamento		Apresentado o "Relatório Desativação de linhas móveis e fixas inativas - 2025.2" onde comenta-se sobre diagnóstico/levantamento técnico realizado que resultou em providências administrativas em 216 linhas de telefonia.		

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

O aumento expressivo do gasto com telefonia fixa em 2025 deve ser lido como efeito de transição contratual e contábil iniciado em agosto/2024, com a entrada em vigor do Contrato nº 53/2024 (VoIP) em substituição ao serviço telefônico fixo comutado (STFC). Em 2024, esse impacto aparece apenas de forma parcial (a partir de agosto); já em 2025, observa-se o primeiro exercício completo sob a nova estrutura, motivo pelo qual o GTF quase duplicou (de R\$ 697,6 mil para R\$ 1,565 milhão), mesmo com estabilidade do número de linhas fixas (de 1.201 para 1.212). Em termos do indicador composto, isso fez o gasto relativo com telefonia fixa saltar (de R\$ 580,93 para R\$ 1.291,39 por linha fixa) e puxou o gasto relativo total para R\$ 742,92 por linha em 2025, acima da meta anual (R\$ 544,97). Importa ressaltar que o móvel manteve variação natural (GTM de R\$ 73,2 mil para R\$ 76,0 mil, com 997 linhas em ambos os anos), ou seja, o desvio decorre essencialmente da “nova” telefonia fixa, e não de uma piora generalizada do parque de telecom.

À luz desse novo marco, 2025 deve ser interpretado como ano de acomodação: houve reprecificação da cesta de serviços, reclassificação contábil de itens que antes estavam diluídos em diferentes contratos e um ciclo de ajuste — comum em migrações para VoIP — envolvendo limpeza de base, documentação, parametrização de centrais e adequação de

perfis de uso. Esse quadro explica a quebra pontual da trajetória de queda que vimos em 2023–2024, sem sinalizar, por si, perda estrutural de eficiência.

Do ponto de vista de gestão, as frentes abertas em 2025 dialogam diretamente com esse contexto e tendem a amortecer o indicador ao longo de 2026: (i) a normatização do uso de VoIP e móvel (em andamento) cria regras claras de concessão, perfis e uso aceitável, reduzindo consumo ineficiente; (ii) o saneamento de linhas com o relatório “Desativação de linhas móveis e fixas inativas – 2025.2” já gerou providências para desativar 216 linhas, cujo benefício financeiro pleno se materializa a partir de 2026; e (iii) o mapeamento de contas e padrões de chamada viabiliza correções finas (rebaixamento de perfis, eliminação de redundâncias, migrações para ramais virtuais), consolidando a captura de ganhos do VoIP que, por natureza, tem potencial de reduzir o gasto relativo quando a base está limpa e a política de uso está madura.

Em síntese, o pico de 2025 é coerente com a mudança de regime iniciada em 13/08/2024 e não invalida o caminho de economia desenhado pelo PLS. Com a conclusão da normatização, a redução efetiva de linhas e a plena estabilização do ambiente VoIP, a expectativa técnica é de reabsorção do patamar em 2026, recolocando o TJCE na trilha de cumprir a meta de redução de 10% até 2026.



2.12 – VEÍCULOS

Meta	Reduzir em 15% o número de usuários por veículo até 2026.		
Indicador	Número de usuários por veículo		
Unidade de medida	Usuários por veículo		
Fórmula	FTT / QVe Onde: FTT = Força de trabalho total QVe = Quantidade de veículos		
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	44,43		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	42,91	41,62	39,96
Resultado Anual Alcançado	59	57	50
% Anual Alcançado	72%	73%	80%

Série Histórica do Km = Quilometragem					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	271.622	277.139	3.544.963	3.878.087	3.605.256
Série Histórica do VGEF = Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	255	155	153	170	201
Série Histórica do VD = Quantidade de veículos a diesel					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	11	12	8	8	10
Série Histórica do VAlt = Quantidade de veículos movidos por fontes alternativas					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	0	0	0	0
Série Histórica do QVe = Quantidade de veículos					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	266	167	161	178	211
Série Histórica do QVS = Quantidade de veículos de serviço					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	100	110	94	110	140
Série Histórica do UVS = Usuários por veículo de serviço					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	81	78	94	88,49	71,92
Série Histórica do QVM = Quantidade de veículos destinados à locomoção de magistrados(as)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	58	78	67	68	71
Série Histórica do UVM = Usuários por veículo destinado à locomoção de magistrados(as)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	8	6	8	7	7
Série Histórica do GMV = Gasto com manutenção de veículos					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 216.338,65	R\$ 280.712,42	R\$ 348.814,74	R\$ 333.867,26	R\$ 297.726,44

Série Histórica do GRMV = Gasto relativo com manutenção por veículo					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 813,30	R\$ 1.680,91	R\$ 2.166,55	R\$ 1.875,66	R\$ 1.411,03

Série Histórica do GCM = Gastos com contratos de motoristas					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 4.732.608,87	R\$ 5.391.911,36	R\$ 5.828.799,40	R\$ 6.209.616,75	R\$ 6.687.850,38

Série Histórica do GRCM = Gasto com contrato de motoristas por veículo					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 17.791,76	R\$ 32.286,89	R\$ 36.203,72	R\$ 34.885,49	R\$ 31.695,97

Série Histórica do GCV = Gasto com contratos de agenciamento de transporte terrestre					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.008.233,78	R\$ 4.225.598,47	R\$ 5.607.570,99

Série Histórica do GOT = Gasto com outros tipos de transporte					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	NI*	NI*	NI*	R\$ 591.064,90	R\$ 940.084,41

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Gerir com eficiência os veículos	JAN/25	DEZ/25	SEADI	1. Monitoramento e a manutenção contínua dos veículos, por unidade demandante e conforme o plano de manutenção. 2. Controle de rota nas solicitações de deslocamento visando economia de combustível e otimização dos veículos.	Realizada	1 - Foram realizadas as manutenções de 2025, por veículos programadas do plano de manutenção, tendo como evidência os seguintes processos: 8500410-12.2025.8.06.0000/8503367-56.2025.8.06.0000/8506147-48.2025.8.06.0000/8510215-46.2025.8.06.0000/8513087-56.2025.8.06.0000/8516328-55.2025.8.06.0000/ 8519280-37.2025.8.06.0000/8522604-04.2025.8.06.0000/ 8525527-91.2025.8.06.0000/ 8528767-74.2025.8.06.0000/ 8531149-75.2025.8.06.0000/ 8500185-69.2026.8.06.0000.

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

O indicador anual alcançado — 50 usuários/veículo — representa 80% de cumprimento da meta anual (fixada em 39,96 usuários/veículo), desempenho superior ao observado em 2024 (57 usuários/veículo), quando o indicador ainda refletia maior pressão operacional sobre a frota. Assim, mesmo sem atingir o valor ideal projetado para 2025, o resultado evidencia movimento de correção e estabilização, com redução significativa do número de usuários por veículo e ganho de disponibilidade relativa da frota frente aos anos anteriores - reflexo da

expansão da frota (QVe), que passou de 178 veículos em 2024 para 211 em 2025, e da reorganização logística conduzida pela SEADI.

A série histórica de quilometragem (Km) mostra estabilidade e coerência com esse cenário (de 3.878.087 km em 2024 para 3.605.256 km em 2025). Essa redução, apesar do aumento da frota, sugere otimização das rotas e uso mais racional dos deslocamentos, resultado alinhado à execução da ação prevista no Plano de Ação ("controle de rota e monitoramento contínuo dos veículos").

Os gastos operacionais reforçam essa leitura. O GMV (manutenção) caiu significativamente de R\$ 333.867,26 (2024) para R\$ 297.726,44 (2025), acompanhado também da queda do GRMV (gasto relativo por veículo), o que indica melhoria no estado geral da frota e eficácia das manutenções programadas. Os gastos com motoristas (GCM e GRCM) seguiram a tendência histórica de crescimento moderado, condizentes com a ampliação de atividades e o aumento da frota.

O Gasto com Outros Tipos de Transporte (GOT) — valores de R\$ 591.064,90 (2024) e R\$ 940.084,41 (2025) — refere-se a passagens aéreas. Isso explica sua não correlação direta com o uso da frota terrestre e sua variação própria, ligada ao volume de deslocamentos institucionais não veiculares (viagens a trabalho, eventos etc.) e, portanto, não influencia o indicador UV. Ainda assim, o acréscimo observado em 2025 é coerente com maior intensidade da atividade administrativa no período pós-pandemia.

Quanto à execução do Plano de Ação 2025, a ação prevista foi totalmente realizada, com:

1. Monitoramento e manutenção contínua conforme o plano anual das unidades; e
2. Controle de rota para economia de combustível e otimização do uso dos veículos.

A melhoria dos indicadores de manutenção e o comportamento da quilometragem confirmam o efeito concreto dessas medidas.

Em síntese, apesar de o resultado de 2025 (50 usuários/veículo) não ter alcançado plenamente a meta anual (39,96), o Tribunal demonstra forte trajetória de melhoria, sustentada por aumento apropriado da frota, controle operacional, redução de quilômetros

rodados e menor gasto relativo com manutenção. O desempenho está alinhado ao cumprimento da meta final de 2026, desde que mantidos o controle logístico, o uso complementar do TAXI-JUS e a gestão preventiva da frota.



2.13 – COMBUSTÍVEL

Meta	Reduzir em 15% o consumo de gasolina e etanol por veículo até 2026		
Indicador	Consumo gasolina e etanol por veículo		
Unidade de medida	Litro(L) / veículo		
Fórmula	CRAG = (CG+CE) / VGEF Onde: CRAG = Consumo de gasolina e etanol por veículo* CG = Consumo de gasolina CE = Consumo de etanol VGEF = Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex *Selecionado como indicador de desempenho		
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	1.435,21		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	1.392,44	1.350,67	1.296,64
Resultado Anual Alcançado	1.433,48	1.156,35	1.273,08
% Anual Alcançado	97%	116%	101%

Série Histórica do CG = Consumo de gasolina					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	94.877,57	174.641,66	219.322,42	233.438,33	255.888,87

Série Histórica do CE = Consumo de etanol					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Série Histórica do CD = Consumo de diesel					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	44.589,86	26.138,41	29.579,10	32.563,40	13.254,70

Série Histórica do CRD – Consumo de diesel por veículo					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	4.053,62	2.178,20	3.697,39	4.070,43	1.325,47

Série Histórica do GC – Gasto com combustível					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	R\$ 0,00	R\$ 1.357.022,85	R\$ 1.520.642,36	R\$ 1.669.750,24	R\$ 1.781.564,88

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Gerir com eficiência os veículos	JAN/25	DEZ/25	SEADI	1. Monitoramento e a manutenção contínua dos veículos, por unidade demandante e conforme o plano de manutenção.	Realizada	Aumento no atendimento de serviços realizados com o serviços do TAXI-JUS, 2024 X 2025. Comparativo no processo: 8503212.37.202.8.06.00000
Implementar ações previstas no Plano de Descarbonização para o ano de 2025				2. Controle de rota nas solicitações de deslocamento visando economia de combustível e otimização dos veículos.		
				Substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis	Cancelada	Inviabilidade jurídica SEI nº 8512984-24.2025.8.06.0000

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

A meta de reduzir em 15% o consumo de gasolina e etanol por veículo até 2026 foi cumprida em 2025, com o indicador ficando em 1.273,08 L/veículo, abaixo do limite anual previsto (1.296,64 L/veículo, 101% de cumprimento). Ainda assim, é importante registrar que o resultado ficou acima do patamar de 2024 (1.156,35 L/veículo), sinalizando um leve acréscimo de consumo específico no comparativo interanual, apesar de manter-se dentro da meta estabelecida para o período. Em termos de volume, o consumo total de gasolina aumentou de 233.438,33 L (2024) para 255.888,87 L (2025), movimento coerente com a expansão da frota a gasolina/etanol/flex (VGEF) de 170 para 201 veículos. Já o etanol seguiu sem uso no ciclo analisado, enquanto o diesel apresentou queda expressiva (de 32.563,40 L para 13.254,70 L) e o consumo por veículo a diesel caiu de 4.070,43 L/veículo para 1.325,47 L/veículo, indicando menor utilização relativa desses ativos em 2025. Como consequência do aumento de demanda e do tamanho da frota, o gasto total com combustíveis evoluiu de R\$ 1.669.750,24 (2024) para R\$ 1.781.564,88 (2025), mesmo com o indicador específico CRAG dentro do alvo anual.

O comportamento observado no ano está alinhado ao Plano de Ação 2025. A ação “Gerir com eficiência os veículos” foi realizada e combinou (i) monitoramento e manutenção contínua conforme planos das unidades e (ii) controle de rotas visando economia de combustível e otimização de deslocamentos. Esses dois eixos ajudam a explicar por que o

consumo por veículo permaneceu controlado dentro da meta, apesar da pressão de demanda e da ampliação da frota. Soma-se a isso a ampliação do uso do serviço TAXI-JUS em 2025 (comparativamente a 2024), apontada pela área gestora, que contribuiu para absorver parte das necessidades de transporte sem onerar ainda mais o abastecimento direto da frota própria — embora esse arranjo tenha elevado a rubrica específica de agenciamento de transporte terrestre no custeio global do tema. Por outro lado, a ação voltada à substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis, prevista no escopo do Plano de Descarbonização, foi cancelada por inviabilidade jurídica, o que naturalmente limitou ganhos adicionais de eficiência energética e ambiental que poderiam ter sido capturados no exercício.

Em síntese, o TJCE cumpriu a meta anual do indicador CRAG ao manter o consumo de gasolina/etanol por veículo abaixo do limite previsto, mesmo com frota maior e maior demanda de transporte. O leve aumento em relação a 2024 recomenda atenção contínua ao controle de rotas e à padronização do perfil de uso dos veículos flex, bem como a reavaliação de oportunidades regulatórias para reintrodução de biocombustíveis quando juridicamente viável. Mantidas as ações de manutenção preventiva, o acompanhamento próximo do perfil de deslocamentos e a racionalização do mix entre frota própria e serviços de agenciamento, a tendência é preservar o indicador dentro da meta em 2026, mesmo em contexto de atividade elevada.



2.14 – APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Meta	Reduzir em 20% o gasto com serviços gráficos, exceto mão de obra, até 2026		
Indicador	Gastos com serviços gráficos exceto mão de obra		
Unidade de medida	R\$		
Fórmula	GCGráf – Gasto com mão de obra da gráfica		
Gestor da Meta	Assessoria de Comunicação (ASCOM)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	R\$ 194.662,62		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	R\$ 181.345,36	R\$ 172.278,06	R\$ 163.664,19
Resultado Anual Alcançado	R\$ 189.999,96	R\$ 190.000,00	R\$ 189.999,96
% Anual Alcançado	95%	90%	86%

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Priorizar o uso dos meios eletrônicos na realização e cobertura de eventos, de peças de comunicação e materiais de capacitação.	JAN/25	DEZ/25	ASCOM	Uso de telões ou TVs em LEDS em eventos;	Em andamento	Em processo de contratação. SEI nº 8532272-31.2025.8.06.0000. Prover solução para implantação de TVs Corporativas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, com a finalidade de ampliar e potencializar o alcance da comunicação institucional
Gerir com eficiência os contratos de serviços gráficos				Controlar e monitorar mensalmente gastos de serviços gráficos	Realizada	Desenvolvimento de nova ordem de serviço; Planilha de controle; Priorização dos canais digitais e divulgação no site, como os livros da editora (https://www.tjce.jus.br/editora/)
Informar no prazo, ao CNJ, via sistema PLS-JUD, os resultados dos indicadores de desempenho determinados pela Res. CNJ 400/2021, referente ao ano de 2024	JAN/25	DEZ/25	NSA	Apurar, controlar e monitorar dados e indicadores de sustentabilidade	Realizada	Todos os indicadores lançados tempestivamente no PLS-JUD. Realizado acompanhamento dos dados com os gestores das áreas responsáveis.

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

Em 2025, o TJCE manteve o gasto com serviços gráficos (exceto mão de obra) praticamente estável em relação a 2023 e 2024, encerrando o exercício em R\$ 189.999,96, contra R\$ 190.000,00 no ano anterior e R\$ 189.999,96 em 2023. Embora a meta anual prevista para 2025 fosse de R\$ 163.664,19, o que implicava reduzir em 20% a linha de base até 2026, o resultado representou 86% de cumprimento do alvo do período. Em termos de trajetória, observa-se que o Tribunal segurou o custo nominal por três exercícios consecutivos, o que preserva poder de compra frente à inflação do período e indica controle efetivo da demanda e do escopo das encomendas, ainda que sem a redução adicional necessária para enquadrar o indicador no patamar projetado para 2025.-se que o Tribunal segurou o custo nominal por três exercícios consecutivos, o que preserva poder de compra frente à inflação do período e indica controle efetivo da demanda e do escopo das encomendas, ainda que sem a redução adicional necessária para enquadrar o indicador no patamar projetado para 2025.

A leitura qualitativa do desempenho está diretamente relacionada à execução do Plano de Ação 2025. A iniciativa de “gerir com eficiência os contratos de serviços gráficos” foi realizada com duas frentes: o desenvolvimento de nova ordem de serviço e planilha de controle mensal de gastos e a priorização dos canais digitais de comunicação institucional, o que contribuiu para racionalizar solicitações, uniformizar especificações e dar previsibilidade ao consumo.

Na prática, esse conjunto de medidas explica por que o gasto se manteve contido, mesmo com a continuidade de eventos e campanhas institucionais que demandam peças gráficas ao longo do ano.

Em paralelo, a ação “priorizar o uso de meios eletrônicos em eventos e peças de comunicação” permaneceu em andamento em 2025, com o processo de contratação de solução para telões/TVs em LEDs nos eventos corporativos. Ainda que seus efeitos financeiros plenos não tenham se refletido no exercício (por se tratar de medida estrutural com implantação progressiva), a diretriz já orientou escolhas ao longo do ano, fortalecendo o deslocamento gradual do mix de comunicação para formatos digitais e reusáveis.

Em síntese, 2025 consolidou o controle nominal do gasto, mas ainda não capturou, em termos anuais, a redução incremental esperada para cumprir a meta do período. O desempenho, porém, não indica ineficiência; reflete um estágio de transição: as medidas de gestão contratual e de substituição por meios digitais começaram a produzir efeitos (estabilidade do custo, melhor previsibilidade e menor pressão por novas encomendas), e tendem a ganhar tração com a implantação dos equipamentos de mídia eletrônica e a maturidade dos fluxos de contratação. Mantido esse curso — com reforço à priorização do digital, padronização de peças, planejamento de demandas e uso de acervos/artefatos reutilizáveis — o Tribunal reúne condições para aproximar o indicador do patamar de 2026 (-20% vs. linha de base), sem perda de qualidade da comunicação institucional e com ganhos ambientais decorrentes da menor utilização de insumos impressos.



2.15 – AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Meta	Aumentar para 40% o percentual de aquisições e contratações sustentáveis em relação ao total de compras e contratações até 2026
Indicador	Percentual de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade
Unidade de medida	Percentual (%) de contratos com critérios de sustentabilidade
Fórmula	$PCS = (ACS/ACR) \times 100$ Onde: PCS = Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade* ACS = Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base ACR = Aquisições e contratações realizadas no período-base

	*Selecionado como indicador de desempenho		
Gestor da Meta	Secretaria de Governança Institucional (SEGOV)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	34,71%		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	32%	36%	36%
Resultado Anual Alcançado	10%	81%	90%
% Anual Alcançado	31%	225%	250%

Série Histórica do ACR = Aquisições e contratações realizadas no período-base					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	80	89	83	58

Série Histórica do ACS = Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	21	9	67	52

Série Histórica do PCS = Percentual de Aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	NI*	NI*	NI*	81%	90%

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Implementar quesito de "Checagem para Análise Jurídica Sustentável", nos termos contratuais do TJCE que passem por análise jurídica do Órgão de Assessoramento Jurídico da Presidência (Consultoria Jurídica)	JAN/25	DEZ/25	CONJUR	1. Padronização: aplicar "Checagem para Análise Jurídica Sustentável" que contemple os critérios e cláusulas obrigatórias (conforme Resolução CNJ nº 400/2021) a serem verificados nos artefatos de planejamento das contratações (ex.: ETP, Termos de Referência, Minutas de Contratos etc.).	Realizada	tjnet -> (barra superior) Documentos -> Normas para licitar e contratar -> (barra lateral direita) Artefatos de Planejamento das Contratações ETP (item 15), TR (item 8) e Instrumento Contratual (subitem 6.16) com cláusulas padronizadas para avaliar critérios de sustentabilidade (Link: https://link.tjce.jus.br/7b3d0a)
				2. Implementação na Rotina de Análise: Instituir a checagem como ponto obrigatório na análise jurídica para instrução dos pareceres jurídicos, assegurando o monitoramento efetivo da inclusão dos requisitos de sustentabilidade.	Realizada	tjnet -> (barra superior) Documentos -> Normas para licitar e contratar -> (barra lateral direita) Artefatos de Planejamento das Contratações Para cada tipo de contratação possui uma checklist para auxiliar na checagem de pontos obrigatórios, dentre eles, as cláusulas de sustentabilidade. Exemplo: Compras eventuais, item 4.13 e 6.11, que analisa respectivamente as cláusulas de sustentabilidade do ETP e TR, que foram levantados no quesito acima

						(Link: https://link.tjce.jus.br/7b3d0a)
				3. Controle em Aditivos e Apostilamentos: Determinar que toda análise de aditivos contratuais ou apostilamentos verifique se as alterações propostas impactam as metas de sustentabilidade do pacto original e, sempre que cabível, promova a adequação ao PLS-TJCE 2021-2026.	Em andamento	Aguardando implantação de ferramenta de automação de processos Sydle.
				4. Capacitação e Orientação: Disponibilizar manuais e orientações aos pareceristas da CONJUR para fomentar e padronizar a observação dos critérios de sustentabilidade nas análises contratuais.	Realizada	tjnet -> (barra superior) Documentos -> Normas para licitar e contratar -> (barra lateral direita) Manuais -> Manual de Contratações Sustentáveis (Link: https://link.tjce.jus.br/32560c)

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

Em 2025, o TJCE consolidou a maturidade do seu processo de compras sustentáveis ao encerrar o exercício com 90% de contratações contendo critérios de sustentabilidade sobre o total, desempenho que supera amplamente a meta anual de 36% e mantém a trajetória de crescimento observada no biênio.

Em números absolutos, foram 58 aquisições e contratações no período (ACR), das quais 52 classificadas como sustentáveis (ACS), confirmando que a incorporação de exigências ambientais e sociais se tornou prática corrente e previsível nos instrumentos convocatórios e nas minutas contratuais. O avanço também se evidencia quando comparado à série histórica recente: depois de 9 processos sustentáveis em 2023 (com 89 contratações no total), o Tribunal atingiu 67 em 2024 (de 83), chegando, em 2025, a 52 de 58 — um patamar elevado que demonstra qualidade do planejamento e padronização documental.

Esse resultado não é episódico. Ele deriva de um conjunto de medidas estruturantes previstas e executadas no Plano de Ação 2025, com destaque para a atuação da Consultoria Jurídica (CONJUR) em quatro frentes complementares. Primeiro, a padronização de checklists para

Análise Jurídica, vinculando-os às variáveis do Anexo da Resolução CNJ nº 400/2021, e a inserção de critérios de sustentabilidade diretamente nos documentos de planejamento e contratação (ETP, TR, modelos de minutas), reduziram retrabalhos e deram segurança jurídica às exigências ambientais e sociais. Em seguida, a rotina de Análise Jurídica com foco no ciclo completo — planejamento, contratação e execução — aliada a orientações às áreas demandantes, ajudou a manter a coerência entre o que é previsto no edital e o que é aferido na gestão contratual, mitigando riscos de “*greenwashing*” e assegurando rastreabilidade dos compromissos. Na terceira frente, o controle de aditivos e apostilamentos começou a ser fortalecido para que as alterações contratuais não comprometam cláusulas de sustentabilidade inseridas na contratação inicial, um ponto sensível e frequentemente negligenciado em processos de longa duração. Por fim, a capacitação e orientação continuada às unidades demandantes e à própria CONJUR reforçou o uso dos modelos padronizados e dos checklists, elevando a qualidade técnica das peças e a consistência das justificativas.

Em síntese, 2025 confirma a consolidação do modelo: o Tribunal não apenas superou com folga a meta anual, como também demonstrou capacidade de sustentar percentuais elevados de contratações sustentáveis mesmo em um cenário com menos processos. O passo seguinte recomendado é aprofundar a mensuração de resultados, migrando do “cumprimento formal” (presença de cláusulas) para a avaliação de benefícios efetivos.



2.16 – QUALIDADE DE VIDA

Meta	Aumentar para 10% o percentual de participantes em ações de qualidade de vida até 2026		
Indicador	Percentual de participantes em ações de qualidade de vida		
Unidade de medida	Percentual (%) de participantes por ação		
Fórmula	PRQV = (PQV / (Força de trabalho x AQV)) X 100 Onde: PRQV = Percentual de participantes em ações de qualidade de vida* PQV = Participações em ações de qualidade de vida AQV = Quantidade de ações de qualidade de vida *Selecionado como indicador de desempenho		
Gestor da Meta	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	0,71%		
Ano	2023	2024	2025

Meta Prevista	4,0%	6,0%	8,0%
Resultado Anual Alcançado	0,81%	4,82%	1,05%
% Anual Alcançado	20%	80%	13%

Série Histórica do PQV – Participações em ações de qualidade de vida					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	5	2.362	6.114	56.075	4.775

Série Histórica do AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	433	25	79	114	43

Série Histórica do PRQV – Percentual de participantes em ações de qualidade de vida					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0,01%	1,04%	0,81%	4,82%	1,09%

Série Histórica do PAS – Participações em ações solidárias					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	0	2.250	1.294	147

Série Histórica do AS – Quantidade de ações solidárias					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	0	33	37	10

Série Histórica do PRAS – Percentual de participantes em ações solidárias					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0%	0%	0,71%	4,97%	0,14%

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Programa Vida Equilíbrio	JAN/25	DEZ/25	SGP	Implementar e monitorar ações do Programa	Realizada	1. WellHub: A plataforma registrou 3.049 membros cadastrados (magistrados, servidores e comissionados). Desse total, 1.483 são assinantes ativos de planos pagos, enquanto os demais utilizam as funcionalidades gratuitas. 2. Posture: Realização de 3.378 consultas psicológicas por meio da plataforma on-line. 3. Aulas de Yoga: Participação de 253 pessoas nas sessões de yoga ministradas via Microsoft Teams.
Promover campanha de sensibilização e conscientização dos servidores e magistrados sobre temas ligados à Saúde e Qualidade de Vida.				Realizar, periodicamente, campanhas educativas ou de sensibilização.	Realizada	No ano de 2025, foram realizadas 20 (vinte) ações sobre temas ligados à Saúde e Qualidade de Vida, com a execução de atividades como debates, campanhas informativas, orientações em saúde, encontros

						orientados por psicólogos e campanhas de doação de sangue e vacinação. As ações tiveram como foco principal a promoção de saúde, prevenção de agravos, acolhimento institucional e fortalecimento do cuidado integral aos(as) magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça. Descrição de algumas atividades: Janeiro Branco - Saúde Mental (Cinema "O lado bom da vida") Alimentação no Carnaval - Campanha Informativa (Podcast - Bom Saber Disso) Realização de Gripes Terapêuticos - Encontro ao vivo orientado por psicólogo Vacinação - Vacinação contra Influenza, Covid 19 e Check-up clínico Dia Mundial Da Obesidade - Publicação de Notícia Informativa Heróis da Escovação - Ação na Creche do TJCE (Locomoção até a Creche para ensinar as crianças a importância da saúde bucal e como realizar a escovação)
Ofertar capacitações de apoio à promoção da qualidade de vida				Implementar e monitorar Plano Anual de Capacitações	Realizada	14 capacitações realizadas, com 586 pessoas capacitadas. - Direitos Humanos e saúde mental; - Preparação para Aposentadoria - Caminhos - Saúde mental, atenção psicossocial e interculturalidade nas migrações - Higiene Ocupacional - Mindfulness para Redução de Ansiedade no Teletrabalho - Promoção da Saúde das Pessoas LGBTQIA+ - Direito e Atenção à Saúde da Pessoa Idosa - Mídias Digitais e Saúde Mental de Crianças e Adolescentes - Cabe Todo Mundo no Mundo - Noções Gerais de Contratos de Planos de Saúde - Regulação de Acesso ao SUS no Estado do Ceará - Do Excesso à Prevenção: A Virada Necessária na Saúde Suplementar - Resiliência e Gestão do Estresse - OFICINA: Estratégias de Autocuidado Para Ter Mais Saúde Mental

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

Em 2025, o percentual de participantes em ações de qualidade de vida (PRQV) encerrou o ano em 1,05%, abaixo da meta anual de 8,0% e inferior ao resultado de 2024 (4,82%). A leitura desse recuo requer uma contextualização metodológica importante. Parte relevante da “redução expressiva” do total de participações — de 56.075 em 2024 para 4.775 em 2025 — decorre não apenas do menor número de ações presenciais e do redesenho do calendário com foco em iniciativas de caráter formativo e clínico-educativo, mas também de limitações de aferição/contabilização em formatos de alcance difuso, como *podcasts*, *mailings*, boletins eletrônicos, vídeos institucionais e conteúdos assíncronos. Nessas modalidades, não é possível mensurar com precisão o público efetivamente alcançado, o que subestima o denominador “participações” sem refletir necessariamente queda real de engajamento. Em termos práticos, houve manutenção de rotinas de cuidado e de ações educativas — porém parte do impacto não entra no cômputo do indicador por restrições de mensuração do alcance desses canais.

A mesma lógica afeta as ações solidárias. O número de ações caiu de 37 para 10 e as participações passaram de 1.294 para 147, levando o PRAS de 4,97% para 0,14%. Aqui, além da redução do calendário, há um agravante institucional: não existe uma unidade centralizadora responsável por todas as iniciativas solidárias no TJCE. Em geral, áreas distintas (cuja atividade principal não é a promoção de campanhas) planejam, executam e divulgam ações de forma descentralizada, frequentemente sem estatísticas consolidadas de público alcançado e resultados. Esse arranjo dificulta a padronização de registros e favorece subnotificação — sobretudo quando as ações ocorrem de modo difuso (ex.: coleta em múltiplos pontos), com parceiros externos, ou com engajamento on-line de difícil rastreamento. Assim, parte do impacto social não se traduz em participações contabilizáveis, pressionando o indicador para baixo independentemente do esforço real empreendido.

Mesmo com o não atingimento da meta anual, o conjunto de 2025 revela avanços qualiquantitativos: o Programa Vida Equilíbrio foi executado e monitorado; as campanhas continuadas (saúde mental, ergonomia, alimentação, prevenção de doenças crônicas) ocorreram ao longo do ano; e o plano de capacitações em saúde e qualidade de vida foi implementado, fortalecendo uma política de cuidado longitudinal.

Em síntese, o resultado de 2025 traduz mudança de portfólio e limitações de mensuração, e não necessariamente queda de cuidado. Com melhoria dos métodos de aferição para iniciativas de alcance difuso, padronização de registros (especialmente nas ações solidárias, hoje descentralizadas) e um repique planejado de campanhas de grande capilaridade, o TJCE tem condições de retomar a trajetória e aproximar-se da meta de 10% até 2026, mantendo o foco em prevenção, educação em saúde e cuidado contínuo do corpo funcional.



2.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Meta	Aumentar para 7% o percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade até 2026.		
Indicador	Percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade		
Unidade de medida	Percentual (%) de participantes por ação		
Fórmula	PRCap = (Pcap / (FTT x Acap)) x 100 Onde: PRCap = Percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade* Pcap = Participação em ações de capacitação em sustentabilidade FTT = Força de trabalho total Acap = Ações de capacitação em sustentabilidade		
Gestor da Meta	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	1,03%		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	2,5%	3,0%	5,0%
Resultado Anual Alcançado	0,66%	0,37%	0,21%
% Anual Alcançado	26,4%	12,3%	4,4%

Série Histórica - 18.1 ACap – Ações de capacitação em sustentabilidade					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	5	3	8	15

Série Histórica - 18.2 ASen – Ações de sensibilização em sustentabilidade					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	0	18	11	27

Série Histórica - 18.3 PCap – Participação em ações de capacitação em sustentabilidade					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0	332	189	344	331

Série Histórica - 18.4 PRCap – Percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	0%	0,73%	0,66%	0,54%	0,21%

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Ampliar a oferta e a demanda de capacitações relacionadas à temática de sustentabilidade	JAN/25	DEZ/25	SGP	1. Implementar e monitorar Plano Anual de Capacitações; 2. Definir estratégia e fazer divulgação adequada para garantir maior adesão/participação nas capacitações ofertadas	Realizada	15 capacitações realizadas, com 331 pessoas capacitadas. - ASG na Gestão Pública: caminhos para a sustentabilidade - Metodologia de Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - Instrumentos de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Financiamento - Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental - Mudança do Clima e Gestão de Risco Climático: Conceitos Fundamentais - Caminhos para a Sustentabilidade: ESG e Políticas Públicas - Resíduos Sólidos; - Sustentabilidade na Administração Pública - Instrumentos de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Introdução - Políticas Públicas para o Saneamento Básico e o Desenvolvimento Sustentável - Reconexão com a Natureza - Plano de Descarbonização para o Tribunal de Justiça do Ceará PD-TJCE - Construções Sustentáveis - Gestão Ambiental e de Resíduos - Palestra sobre Coleta Seletiva.
Realizar evento comemorativo da Semana do Meio Ambiente	ABR/25	JUN/25	NSA	1. Planejar; 2. Organizar; 3. Realizar evento	Realizada	Evento de abertura realizado no dia 05/JUN/25 e ao longo do mês de junho foram promovidas algumas outras ações de sensibilização e conscientização em alusão ao tema. https://www.tjce.jus.br/noticias/palestra-sobre-reconexao-com-a-natureza-e-distribuiçao-de-mudas-marcam-dia-mundial-do-meio-ambiente-no-tjce/ https://www.tjce.jus.br/noticias/mes-da-sustentabilidade-palestra-sobre-coleta-seletiva-conscientiza-magistrados-e-servidores-para-um-futuro-sustentavel/

						https://www.tjce.jus.br/noticias/corregedoria-geral-da-justica-do-ceara-doa-quase-100-quilos-de-materiais-reciclaveis/
--	--	--	--	--	--	---

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

Em 2025, o percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade (PRCap) encerrou o ano em 0,21%, abaixo da meta anual de 5,0% e inferior ao patamar de 2024 (0,54%). O resultado decorre, principalmente, de uma combinação entre baixo volume relativo de participações certificadas (foram 331 participações no ano) e a sensibilidade da própria fórmula do indicador, que divide as participações pelo produto entre a força de trabalho total e o número de ações de capacitação (ACap). Em outras palavras, ainda que tenha havido maior oferta – o total de ações de capacitação cresceu para 15 e as ações de sensibilização atingiram 27 em 2025 –, a taxa média de participação por ação manteve-se aquém do necessário para impulsionar o indicador ao patamar previsto. Além disso, parte relevante do esforço institucional migrou para formatos de sensibilização (campanhas e conteúdos informativos) que não integram o cômputo do PRCap (por definição, entram no indicador “sensibilização” e não em “capacitação” do Anexo da Resolução CNJ nº 400/2021), o que ajuda a explicar a dissociação entre volume de ações e percentual efetivo de participantes por ação reportado ao PLS-JUD.

Do ponto de vista de execução do Plano de Ação, a SGP implementou a agenda anual de cursos e oficinas de sustentabilidade, com turmas distribuídas ao longo do exercício e integração às campanhas temáticas. Ainda assim, dois fatores metodológicos limitaram o ganho do indicador: (i) a concentração de parte da oferta em ações de curta duração ou muito segmentadas, que tendem a gerar turmas menores; e (ii) a subnotificação de capacitações realizadas em instituições externas em sistemas oficiais (ADMRH), requisito para que a participação seja auditável e lançada no PLS-JUD.

Apesar do não atingimento da meta anual, há pontos positivos a destacar. O portfólio de ACap foi ampliado frente à anos anteriores (5 em 2021; 5 em 2022; 3 em 2023; 8 em 2024; 15 em 2025), sinalizando capacidade de oferta e maior diversidade temática. A rede de sensibilização também se expandiu (de 11 em 2024 para 27 em 2025).

O desafio, portanto, está menos na existência de ações e mais em converter alcance em participação certificada por ação, conforme a métrica do PRCap. Para endereçar justamente esse gargalo de engajamento e conversão, o TJCE incluiu no Programa +Gestão um requisito de capacitação e de implementação de ações de incentivo em sustentabilidade ambiental, qualidade de vida e equidade, alinhado à Resolução CNJ nº 400/2021 e ao Prêmio CNJ de Qualidade. Em termos práticos, a inserção desse requisito induz a participação das unidades e estimula a inscrição/conclusão certificada nas trilhas formativas, transformando sensibilização difusa em adesão mensurável ao portfólio de capacitações. A tendência, portanto, é que, ao longo de 2026, o Programa +Gestão funcione como alavanca de conversão, elevando a média de participantes por ação, aumentando a quantidade de registros válidos no PLS-JUD e, por consequência, impulsionando o PRCap na direção da meta de 7% até 2026.

Em síntese, 2025 mostrou ampliação da oferta e forte movimento de sensibilização, mas a adesão média por ação permaneceu baixa para a lógica do PRCap, resultando em 0,21% frente à meta de 5,0%. Com planejamento orientado à métrica, registro certificável capacitações realizadas por instituições externas e trilhas obrigatórias ancoradas nas responsabilidades do PLS, o TJCE tem condições de recuperar trajetória e aproximar-se da meta de 7% até 2026.



2.18 – EQUIDADE E DIVERSIDADE

Meta	Promover, a cada ano, um aumento de duas capacitações em relação ao exercício anterior.		
Indicador	Quantidade de ações de capacitações em equidade e diversidade realizadas (ACapED)		
Unidade de medida	Número de ações de capacitação realizadas (ACapED)		
Fórmula	ACapED do ano anterior + 2		
Gestor da Meta	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	80		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	NA	80	82
Resultado Anual Alcançado	NA	80	108
% Anual Alcançado	NA	100%	132%

*NA = Não se Aplica

Meta	Promover, a cada ano, um aumento de duas ações de sensibilização em relação ao exercício anterior.		
Indicador	Quantidade de ações de sensibilização em equidade e diversidade realizadas (ASenED)		
Unidade de medida	Número de ações de sensibilização realizadas (ASenED)		
Fórmula	ASenED do ano anterior + 2		
Gestor da Meta	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	80		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	NA	59	61
Resultado Anual Alcançado	NA	59	71
% Anual Alcançado	NA	100%	116%

Série Histórica - 19.1 ACapED - Ações de capacitação em equidade e diversidade					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	80	108

Série Histórica - 19.2 ASenED – Ações de sensibilização em equidade e diversidade					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	59	71

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Promover campanha de sensibilização e conscientização dos servidores e magistrados sobre temas ligados à temática Equidade e Diversidade	JAN/25	DEZ/25	SGP, c/ apoio da ASCOM e Comissões temáticas	Realizar, periodicamente, campanhas educativas ou de sensibilização.	Realizada	Ao longo de 2025 foram realizadas dezenas de ações de sensibilização sobre temática relacionada à equidade e diversidade. A seguir indicam-se algumas destas iniciativas: - Campanha “Carnapaz, Agresão e Assédio Nunca Mais”; - TJCE, Justiça Federal e OAB formalizam cooperação para proteger direitos de pessoas idosas e com deficiência; - Exposição “Olhar sobre o sensível”, na sede do TJCE no Cambé. Promovida pela Coordenação Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, em parceria com o Museu da Fotografia Fortaleza; - Lançamento da Cartilha Essencial: Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e à Discriminação. - Selo “Parceiro da Justiça – #Pela Vida das Mulheres” - Júri acessível: estudantes surdas(os) participam de projeto que promove inclusão na Justiça - Lançamento do programa “Equidade é Compromisso Con-

						junto: Refletindo sobre Masculinidades no Poder Judiciário Cearense”; - Pôr do Sol Cultural celebra Setembro Azul com valorização da cultura surda; - Apresentação do Protocolo “Respeito é o Melhor Exercício”; - “Exposição “Negro é um rio que navego em sonhos” - Premiação do Projeto “Arte para Transformar: cada traço, um ato de respeito às mulheres” ; - Prêmio Gandhi de Comunicação 2025: Tribunal de Justiça do Ceará é destaque com três premiações Vídeos produzidos: Dignidade 60+ e “Projeto Ler é Legal” - Série jornalística “Juntas, somos mais fortes”: Servidoras se reúnem em corrente de inspiração - Campanha “Meu Nome Minha História” - Matéria jornalística: TEA e o desafio de mães e pais que veem o mundo sem preparo para seus filhos
Ofertar capacitações relacionadas à temática	JAN/25	DEZ/25	SGP	Implementar e monitorar Plano Anual de Capacitações	Realizada	Ao longo de 2025, foram promovidas mais de 100 capacitações relacionadas à equidade e diversidade, dentre as quais citam-se algumas abaixo: - Palestra “Pai, substantivo masculino”; - Palestra “Masculinidades e Feminilidades em suas constantes transformações na História”; - Palestra “ Masculinidades e Feminilidades em suas constantes transformações na História”; - Palestra “Masculinidades em tempos digitais: precisamos falar sobre crianças e adolescentes” ; - Roda de Conversa “Negritude e Masculinidades: Reflexões sobre Raça, Gênero e Equidade”; - Roda de conversa virtual “Protagonismo Feminino no Poder Judiciário Cearense” - Roda de Conversa: Mulheres negras em cargos de poder - relatos e vivências - Curso Racismo, Direito e Estado: história, teoria e políticas públicas; - Curso Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial: fundamentos e implementação prática - Curso Pessoas com Deficiência e o Sistema de Justiça: Desafios, Direitos e Práticas - Curso Acessibilidade e inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa o processo judicial - Palestra Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação - Oficina sobre comunicação e direitos LGBTQIAPN+ com profissionais do TJCE

						- Oficina Parceiros pela Igualdade e Liderança Inclusiva no Poder Judiciário - Seminário PopRuaJud - III Seminário Internacional sobre a Violência contra Pessoa Idosa - 05 e 06.06.2025 - Oficina de Valorização 60+ - CLUBE DE LEITURA ESPERANÇA GARCIA; - CLUBE DE LEITURA LUIZ GAMA; - CLUBE DE LEITURA AMÉLIA BEVILÁQUA - INCLUSÃO EM FOCO - Grupos étnico-raciais
Desenvolver/disponibilizar Painel BI com dados que permitam traçar o panorama do quadro de pessoal do TJCE, no contexto da Equidade e Diversidade, em conformidade com os indicadores definidos pela Res. CNJ nº 400/2021 e 401/2021 e outros normativos relacionados.	JAN/25	JUN/25	NSA, c/ apoio do NAC	1. Especificar requisitos do Painel BI; 2. Desenvolver Painel; 3. Validar; 4. Publicar	Realizada	Painel desenvolvido e disponibilizado com acesso restrito devido proteção de dados pessoais.

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

O ano de 2025 superou tanto a meta de capacitação quanto a de ações de sensibilização em equidade. Partindo da referência de 80 ações de capacitação em 2024, o exercício corrente alcançou 108 ações, frente a uma meta prevista de 82, o que corresponde a 132% de cumprimento. A evolução revela que o Tribunal conseguiu ampliar com folga a oferta de formações na temática, mantendo a agenda ativa ao longo do ano e diversificando formatos e públicos. Paralelamente, as ações de sensibilização também cresceram, passando de 59 (2024) para 71 (2025), superando a meta prevista em 16% (116%), o que reforça a capilaridade das iniciativas, amplia o alcance institucional e sustenta o processo de mudança cultural necessário para consolidar práticas de equidade, inclusão e respeito à diversidade no ambiente de trabalho.

A execução do Plano de Ação 2025 contribuiu diretamente para esse desempenho. Ao longo do ano, a SGP, com apoio da ASCOM, da Escola da Magistratura Cearense (ESMEC) e dos comitês e comissões temáticas — Comissão de Políticas Judiciárias pela Equidade Racial (CPJER/TJCE), Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Comissão de Heteroidentificação, Comissão Recursal de Heteroidentificação, Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e Comissão de Defesa e Proteção da Pessoa Idosa — realizou campanhas educativas e de conscientização recorrentes, além de ampliar o portfólio de capacitações

formais e ações de sensibilização, o que explica o aumento do número de ofertas em 2025 e sustenta a evolução da agenda de equidade e diversidade no Tribunal.

Por fim, verifica-se que o encadeamento entre planejamento, sensibilização e oferta formativa já produz efeitos mensuráveis: há mais ações, com ritmo e diversidade suficientes para sustentar a meta proposta de acréscimo anual, e há aumento contínuo de sensibilizações, que funcionam como porta de entrada para novas turmas e para a adesão de públicos ainda pouco alcançados.



2.19 – JUSTIÇA CARBONO ZERO

Meta	Executar, no mínimo, 80% do Plano de Descarbonização do TJCE		
Indicador	Índice de Execução do Plano de Descarbonização		
Unidade de medida	Percentual (%)		
Fórmula	$IEPD = (ACPD / APPD) * 100$ Onde: ACPD = Quantidade de ações do Plano de Descarbonização que foram finalizadas e devidamente comprovadas dentro do período de avaliação APPD = Quantidade total de ações planejadas para o período de referência, conforme estabelecido no Plano de Descarbonização. IEPD = Índice de Execução do Plano de Descarbonização do TJCE Multiplicação por 100: Garante que o resultado seja expresso como um percentual.		
Gestor da Meta	Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI)		
Desempenho			
Linha de Base (LB)*	80%		
Ano	2023	2024	2025
Meta Prevista	NA	NA	80%
Resultado Anual Alcançado	NA	NA	80%
% Anual Alcançado	NA	NA	100%

*NA = Não se aplica.

Série Histórica - APPD = Quantidade total de ações planejadas para o período de referência, conforme estabelecido no Plano de Descarbonização					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	-	5

Série Histórica - ACPD = Quantidade de ações do Plano de Descarbonização que foram finalizadas e devidamente comprovadas dentro do período de avaliação					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	-	4

Série Histórica - 20.1.1. PIDescarb – Elaboração de Plano de Descarbonização					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	-	SIM

Série Histórica - 20.2.1. Inv1 – Realização do Inventário de Emissões					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	-	PARCIAL

Série Histórica - 20.2.2 Inv2 – Abrangência do Inventário de Emissões					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	0	0,54%

Série Histórica - 20.2.3 Inv3 – Inclusão de emissões dos Escopos 1, 2 e 3 no Inventário de Emissões					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	-	1, 2 e 3

Série Histórica - 20.2.4 Inv4 – Verificação de inventário de emissões					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	-	NÃO

Série Histórica - 20.2.5 Inv5 – Quantidade de Emissões de GEE					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	-	407,54

Série Histórica - 20.3.1. RedGEE1 – Número de Ações de Redução de Emissões de GEE					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	43	28
AC 1	- Contrato CT nº 28/2025 para instalação de painéis fotovoltaicos em 8 comarcas - Instituição do Grupo de Trabalho para elaboração de estudos técnicos para ampliação do uso de fontes de energias renováveis (Portaria 416/2025-GABPRESI)				
AC 2	- Substituição de lâmpadas fluorescentes por LEDs (duas fases) - Substituição de ares-condicionados do tipo "janeleiro" por <i>Split</i> .				
AC 3	- Fóruns de Boa Viagem, Acopiara e Aracati entregues com a instalação de torneiras automáticas e descargas com duplo acionamento.				
AC 4	- Uso compartilhado da rota (frota de ônibus) dos servidores de órgãos do Poder Executivo Estadual, em Fortaleza.				
AC 5	Celebração de contratos de contratação de mão-de-obra com critérios sociais: Inclusão Social - CT Nº 33/2025 (Plansul) exige a reserva de vagas para pessoas egressas do sistema prisional (mínimo de 6%) e para mulheres em situação de vulnerabilidade (mínimo de 8%), como vítimas de violência doméstica, mulheres trans, migrantes, entre outras; Equidade - O CT Nº 33/2025 também exige a observância da participação equânime de homens e mulheres (mínimo de 50% mulheres) e a perspectiva interseccional de raça e etnia, priorizando mulheres pretas e pardas. Acessibilidade - O CT Nº 34/2025 (Consultoria) exige que os materiais produzidos sejam acessíveis e inclusivos, considerando as necessidades de pessoas com deficiência				

	- Combate ao Trabalho Ilegal - Todos os contratos proíbem expressamente o trabalho infantil, análogo ao escravo ou em condições degradantes.
AC 6	- Termo de compromisso firmado com a SEUMA para destinação de bens do Depósito Público - Confeção e distribuição de mudas a partir de embalagens de café utilizadas na sede judiciária durante a Semana do Meio Ambiente; - Implementação de composteira modular na sede judiciária, envolvendo a equipe de zeladoria, jardinagem e demais servidores da SEADI; - Implementação de caixas para recolhimento de papel em diversas unidades do poder judiciário (Programa +GESTÃO). - Implantação dos pontos de coleta de tampas de garrafas PET; - Capacitação na creche judiciária sobre as práticas de compostagem. - Curso Gestão ambiental e de resíduos.
AC 7	- Implantação de 02 (dois) novos espaços para uso compartilhado na Comarca de Aracati: - Salão do Juri multifuncional, podendo também ser utilizado como sala de audiências, sala de treinamento e eventos; e - Secretaria compartilhada, garantindo o uso eficiente dos espaços, aumentando a eficiência energética.
AC8	- Instalação de PID's; - Realização de audiências virtuais; - Cards/matérias no site e em redes sociais sobre consumo consciente e sustentabilidade; - Aprimoramento de recursos e novos serviços no APP TJCE MOBILE; - Revitalização da horta da Creche em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC); - Projeto estratégico: Infraestrutura Física e Sustentabilidade; - Instituição do Grupo do Meio Ambiente (Portaria 363/2025); - Lotação de 02 servidoras no NSA, em ABR/2025; - Criação da Vara do Meio Ambiente em OUT/25 (Res. Pleno 12/2025).

Série Histórica - 20.3.2. RedGEE2 - Percentual de energia renovável utilizada					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	-	1,50%

Série Histórica - 20.3.3. RedGEE3 - Energia elétrica injetada na rede de energia por sistemas de fontes alternativas.					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	-	145.903,00

Série Histórica - 20.3.4. RedGEE4 – Percentual da frota de veículos sustentáveis					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	0	0

Série Histórica - 20.3.5. RedGEE5 – Total de Resíduos Reciclados ou Compostados					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	23.553	33.611,50

Série Histórica - 20.3.6. RedGEE6 – Percentual de Redução de Emissões de GEE					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	0	0

Série Histórica - 20.4.1. CompGEE – Número de Ações de Compensação de Emissões de GEE					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	0	0

Série Histórica - 20.4.2 CompGEE2 – Verificação das medidas de compensação					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	NÃO	NÃO

Série Histórica - 20.4.3. CompGEE4 – Percentual de Emissões de GEE compensadas					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	0	0

Série Histórica - CultGEE1 – Percentual de servidores(as) capacitados(as) para elaborar inventários					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	0	0

Série Histórica - Número de Ações de capacitação e de sensibilização de Emissões de GEE e incentivos a práticas sustentáveis					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	-	-	19	45

PLANO DE AÇÃO - 2025						
AÇÃO	DATA INÍCIO	DATA FIM	ÁREA RESPONSÁVEL	ETAPA	STATUS	POSICIONAMENTO
Implementar ações previstas no Plano de Descarbonização para o ano de 2025	JAN/25	DEZ/26	SEADI	1. Elaboração e aprovação do Plano de Descarbonização. 2. Monitoramento e controle periódico da execução das ações previstas	Realizada	1. Plano de Descarbonização elaborado: https://www.tjce.jus.br/noticias/plano-de-descarbonizacao-tjce-adotara-serie-de-medidas-em-prol-do-desenvolvimento-sustentavel/ https://portal.tjce.jus.br/uploads/2025/04/Plano_de_Descarbonizacao_2025_TJCE-1.pdf 2. Monitoramento e controle - Todas as ações previstas foram implementadas, com exceção da substituição do combustível, visto que foi cancelada por inviabilidade jurídica. - Demais ações são acompanhadas no âmbito do Projeto Estratégico: Infraestrutura Física e Sustentabilidade. Relatório referente a DEZ/2025: https://portal.tjce.jus.br/uploads/2025/12/Relatorio-de-Projetos-TJCE-Internet-Dezembro-25-1.pdf

Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações

Em 2025, o TJCE concluiu o primeiro ciclo de execução do seu Plano de Descarbonização, atingindo exatamente a meta anual prevista: o Índice de Execução do Plano de Descarbonização (IEPD) ficou em 80%, resultado obtido pela finalização de 4 das 5 ações planejadas para o período (ACPD/APDD = 4/5). Esse desempenho representa 100% de

cumprimento da meta do exercício, que havia sido estabelecida em 80%, e confirma a capacidade do Tribunal de transformar o planejamento estratégico em entregas concretas dentro do cronograma de implantação do Programa Justiça Carbono Zero.

Do ponto de vista técnico, 2025 foi o ano em que o Tribunal deu início ao inventário institucional de emissões de GEE, com a realização do inventário do Fórum Clóvis Beviláqua, da Comarca de Fortaleza. Além de colocar o tema em execução, houve avanço qualitativo na abrangência (com registro de cobertura de 0,54% do universo a ser inventariado no ciclo) e, sobretudo, na metodologia, com a inclusão dos três escopos (1, 2 e 3) no inventário. Esse movimento é relevante porque cria a base de medição necessária para que, a partir de 2026, as ações de redução e compensação sejam quantificáveis e reportáveis de forma mais robusta.

Entre as ações de redução de emissões (ReaGEE), destacam-se iniciativas estruturantes: a contratação para instalação de sistemas fotovoltaicos em oito comarcas, a substituição de lâmpadas fluorescentes por LED, a instalação de torneiras automáticas com controle de vazão, substituição de ares-condicionados do tipo "janeleiro" por *Split*, possibilidade de usar, de forma compartilhada, da rota (frota de ônibus) dos servidores de órgãos do Poder Executivo Estadual, em Fortaleza (com repercussões positivas sobre deslocamentos e consumo indireto), iniciativas que, em conjunto, atacam fontes distintas de emissões (energia, água/insumos e mobilidade). Soma-se a esses itens um conjunto de medidas institucionais que fortalecem o ecossistema de sustentabilidade — como a instituição do Grupo de Trabalho para elaboração de estudos técnicos para ampliação do uso de fontes de energias renováveis e do Grupo temático de Meio Ambiente, a lotação de servidores efetivos no Núcleo Socioambiental (NSA), a criação da Vara do Meio Ambiente e a formalização de parcerias (ex.: com a UFC para revitalização de horta da Creche do TJCE), além de intervenções de uso do espaço (ex.: secretarias compartilhadas e Salão do Júri multifuncional em Aracati), que racionalizam a infraestrutura e contribuem para eficiência no médio prazo. Em 2025, também houve um salto na agenda de capacitação e sensibilização associada a GEE e práticas sustentáveis, com 45 ações realizadas (ante 19 em 2024), ampliando a cultura interna e o engajamento para a transição ecológica.

No plano da governança, a SEADI concluiu a etapa de elaboração/aprovação do Plano e manteve a rotina de monitoramento e controle ao longo do ano, acompanhando a execução de cada frente. Esse arranjo de governança explica a aderência do resultado ao alvo de 2025 e cria a previsibilidade necessária para os ciclos seguintes — sobretudo porque, diferentemente de campanhas pontuais, as ações contratadas (como fotovoltaica e LED) produzem efeito continuado e tendem a intensificar seus ganhos de eficiência ao longo dos próximos exercícios.

É importante registrar, contudo, que a escala do inventário e a consolidação das medições de base ainda estão em curso, o que significa que parte dos benefícios ambientais de 2025 será mensurada com maior precisão nos relatórios subsequentes.

Em termos práticos, o Tribunal encerra o ano com três pilares bem definidos: (i) planejamento aprovado e em execução; (ii) intervenções estruturais (energia/eficiência) entregues e em implantação; e (iii) mecanismos de mensuração (inventário com escopos 1, 2 e 3) já ativados — combinação que sustenta o cumprimento da meta anual e prepara o caminho para ganhos crescentes de desempenho climático a partir de 2026.

Em síntese, a meta de 2025 foi integralmente cumprida. O TJCE construiu a base institucional e técnica para a agenda de descarbonização (plano aprovado, governança ativa, ações estruturais e início do inventário), executou 80% das ações previstas para o exercício e ampliou a capacidade de sensibilização e formação interna. Mantidas a cadência das frentes de implantação, a expansão da geração fotovoltaica e a finalização do inventário, a tendência é que o Tribunal avance de forma consistente rumo às próximas metas do Programa Justiça Carbono Zero, com monitoramento cada vez mais preciso dos impactos e resultados cumulativos em redução de emissões e eficiência operacional.



2.20 – NOVAS TECNOLOGIAS (RDC)

Para 2025, os dados do indicador **“21.1 - Redução de custos decorrentes da adoção de novas tecnologias ou processos (RDC)”**, instituído pela Resolução CNJ n. 641, de 22 de

fevereiro de 2025, teve a sua exigência suspensa conforme informado no Ofício Circular nº 6/2026/GAB-JUI TRAB, da lavra do eminente Conselheiro do CNJ e Presidente da Comissão Permanente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, Guilherme Guimarães Feliciano.

3. Considerações Finais

O Relatório de Desempenho do PLS-TJCE 2025 confirma a maturidade da agenda socioambiental do Tribunal e evidencia entregas relevantes em praticamente todos os eixos, mesmo com desafios pontuais em indicadores sensíveis a expansão de atividades e reprecificação contratual. No conjunto, das 20 metas traçadas 11 foram atingidas (55%) e as ações estruturantes previstas para 2025 foram executadas com boa aderência, notadamente nas frentes de descarbonização, contratações sustentáveis, gestão de resíduos e racionalização de insumos.

Metas Atingidas (11)	
PAPEL (342%)	Cumprida
COPOS DESCARTÁVEIS (125%)	Cumprida
ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA (100%)	Cumprida
IMPRESSÃO (361%)	Cumprida
ENERGIA ELÉTRICA (324%)	Cumprida
ÁGUA E ESGOTO (183%)	Cumprida
COMBUSTÍVEL (101%)	Cumprida
AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES (250%)	Cumprida
EQUIDADE E DIVERSIDADE (132%) e (116%)	Cumprida
JUSTIÇA CARBONO ZERO (100%)	Cumprida

Metas Não Atingidas (9)	
GESTÃO DE RESÍDUOS (89%)	Não cumprida
REFORMAS E CONSTRUÇÕES (68%)	Não cumprida
LIMPEZA (53%)	Não cumprida
VIGILÂNCIA (0%)	Não cumprida
TELEFONIA (73%)	Não cumprida
VEÍCULOS (80%)	Não cumprida
APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO (86%)	Não cumprida
QUALIDADE DE VIDA (13%)	Não cumprida
CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE (4,4%)	Não cumprida

Do lado dos insumos físicos, manteve-se desempenho de destaque: papel e impressões permaneceram muito abaixo dos limites anuais e com queda na tendência plurianual; copos descartáveis também seguiram controlados e água envasada em plástico permaneceu zerada, sinal de consolidação definitiva da política de vedação e de adoção de alternativas (bebedouros e garrações retornáveis). Esses resultados derivam da combinação de campanhas regulares, regras de fornecimento baseadas em histórico e governança de estoques, já incorporadas às rotinas.

A gestão de resíduos recicláveis apresentou salto qualitativo: o indicador per capita cresceu, o TMR atingiu o maior patamar da série e a destinação de papel avançou fortemente, impulsionada pela atuação coordenada da SEADI, da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e da Unidade de Gestão Documental nas rotinas de avaliação, eliminação e organização documental. O reforço de segregação em canteiros (containers e reaproveitamento) e as ações de sensibilização completam a explicação do avanço.

A energia elétrica por m² registrou elevação em 2025, refletindo maior demanda institucional e fatores tarifários, mas o Tribunal lançou bases estruturais para a reversão: substituição de climatização e LED concluídas, ampliação fotovoltaica em execução e inventário de emissões iniciado (com escopos 1, 2 e 3). O Plano de Descarbonização teve 80% de execução (meta integralmente cumprida), e a agenda de sensibilização em GEE foi ampliada, preparando ganhos cumulativos a partir de 2026.

Em telefonia, houve pico transitório do gasto relativo em 2025, explicado pela migração para VoIP (Contrato nº 53/2024) e pela reclassificação/acomodação de custos; as frentes de normatização, saneamento de linhas (216 em providência) e governança de uso projetam reabsorção do patamar em 2026. No tema vigilância, o descumprimento formal da meta de gasto zero decorre de mudança de estratégia institucional (ampliação de postos) enquanto avança a implantação da vigilância eletrônica.

A frota melhorou o indicador de usuários por veículo com expansão de disponibilidade e controle de rotas; o consumo de combustíveis por veículo ficou dentro da meta apesar do aumento da demanda; em limpeza, houve retorno à normalidade do gasto com material por m² após pico atípico em 2024, ainda que a capacitação das equipes aguarde nova licitação para ampliar eficiência; em serviços gráficos, manteve-se controle nominal estável por três anos, com transição gradual para meios digitais.

No campo normativo procedimental, 2025 marcou a consolidação das Aquisições e Contratações Sustentáveis, com 90% dos contratos contendo critérios ambientais e sociais (superação ampla da meta), alavancadas por checklists e modelos padronizados na análise jurídica, controle de aditivos e capacitação de pareceristas.

Nos vetores humanos e culturais, os resultados pedem leitura metodológica: o PRQV (qualidade de vida) e o PRCap (capacitação em sustentabilidade) ficaram abaixo das metas,

menos por falta de oferta e mais por limites de mensuração e pelo perfil das ações (como *podcasts*, *mailings* e capacitações realizadas por instituições externas), que não entram ou são subnotificados na métrica). Para mitigar, o Tribunal já incluiu no Programa +Gestão requisito indutor de capacitação e implementação de ações em sustentabilidade, qualidade de vida e equidade, fortalecendo a conversão de alcance em participação certificada; recomenda-se, ainda, aprimorar registros das capacitações externas e centralizar estatísticas de ações solidárias, hoje dispersas.

A meta proposta de Equidade e Diversidade foi apresentada e superada no relatório: 108 capacitações em 2025 frente à meta de 82, com apoio da SGP, ASCOM, ESMEC e comissões/comitês temáticos, além do crescimento das ações de sensibilização — passo relevante para a institucionalização do tema no PLS.

Com essa base, o TJCE encerra 2025 cumprindo integralmente metas estratégicas, ajustando trajetórias onde necessário e preparando entregas estruturais para 2026. O PLS permanece como instrumento de gestão para eficiência do gasto público e redução de impactos, alinhado às diretrizes do CNJ e ao compromisso do Tribunal com um serviço de justiça mais sustentável, inclusivo e transparente.